

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

Fabiola Panasowicz Hwung

A Experiência do Desenvolvimento de Taiwan e suas relações com a China

FLORIANÓPOLIS, 2008

Fabiola Panasowicz Hwung

**A EXPERIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE TAIWAN E SUAS
RELACÕES COM A CHINA**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

FLORIANÓPOLIS, 2008

Fabiola Panasowicz Hwung

**A EXPERIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE TAIWAN E SUAS
RELACÕES COM A CHINA**

Esta monografia foi julgada adequada e a Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 à estudante Fabiola Panasowicz Hwung na disciplina CNM 5420 – Monografia.

EXAMINADORES:

Helton Ricardo Ouriques

Hoyêdo Nunes Lins

Valéria Lopes Ribeiro

Aprovada em: 24/11/2008

RESUMO

O presente trabalho monográfico possui como objetivo o estudo do relacionamento entre a China Continental e Taiwan a partir de 1949 até os dias atuais. Para tanto, faz-se necessário primeiramente uma análise da inserção da China Continental na trajetória no sistema mundial, de modo a enfatizar seu atual renascimento econômico. O estudo abrangerá o desenvolvimento econômico de Taiwan a partir de 1949 e, concomitantemente, seu relacionamento político com a China Continental à luz do rompimento diplomático de 1949 entre ambas as nações. Por fim, será constatado que, embora os atritos políticos persistissem durante todo o período, a articulação econômica entre a ilha e o continente promoveu significativos ganhos para ambas.

Palavras-chaves: China; Taiwan; tensões políticas; investimento externo direto; relações econômicas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
1.1 Tema e problema.....	6
1.2 Objetivos.....	8
1.2.1 Objetivo Geral.....	8
1.2.2 Objetivos Específicos	8
1.3 Metodologia	9
2 A TRAJETÓRIA DA CHINA NO SISTEMA MUNDIAL – DO SISTEMA SINOCÊNTRICO À ATUAL ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO	10
3 O ROMPIMENTO DIPLOMÁTICO ENTRE A CHINA E TAIWAN EM 1494 E SEU POSTERIOR RELACIONAMENTO POLÍTICO	20
3.1 Origens das tensões políticas entre Taiwan e China Continental	20
3.2 Relacionamento entre China e Taiwan a partir de 1949	25
4 O DESENVOLVIMENTO DE TAIWAN SOB A ÉGIDE DO KUOMINTANG.....	30
5 O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO TAIWANÊS NA CHINA CONTINENTAL ..	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
Referencial Bibliográfico	51

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

A China configura-se atualmente como a uma grande potência econômica em rápida ascensão, rendendo-lhe o prelúdio de que esta ascensão assemelha-se ao despertar de um dragão que estava apenas adormecido. Adormecido, pois a tese do estudo é de que a China, após anos de centralização hegemônica das relações comerciais e diplomáticas intra-asiáticas, fechou-se por um longo período de cerca de quatro séculos e só a partir de então reuniu as forças necessárias ao seu ressurgimento.

O sinocentrismo dominante nos séculos XVI, XVII e XVIII fora abalado pelas forças eurocêtricas. O imperialismo ocidental adentrou o sistema sinocêntrico em meados do século XIX através de tratados assinados em virtude de sua vitória nas guerras do ópio. O império chinês, enfraquecido e desorganizado econômica e politicamente diante da presença estrangeira, começa a ser questionado por movimentos revolucionários chineses.

No início do século XX, é formado o partido nacionalista chinês – Kuomintang – sob a liderança de Sun Yatsen com o objetivo de derrubar o império chinês e instituir a República Chinesa. Uma vez instaurada, a República da China, comanda pelo Kuomintang, visava entre outras coisas, fazer frente às potências imperialistas então presentes na China e combater os “senhores de guerra” (latifundiários chineses que lutavam pela monopolização de grandes territórios), além de desenvolver a economia e fortalecer o governo.

Em 1921, o Partido Comunista Chinês é fundado. Inicialmente os comunistas, sob os auspícios da União Soviética, aliam-se ao Kuomintang para apoiá-lo nas reformas de interesse comum. Com a morte de Sun Yat-sen, Chiang Kaishek assume a liderança do partido nacionalista em 1927 e em um ato de traição volta-se contra o partido comunista. A partir de então tem início uma guerra civil, que daria uma trégua apenas para expulsar os invasores japoneses na Segunda Guerra Mundial, mas que durou até 1949, quando da concretização da vitória comunista. Diante da vitória o partido comunista proclama a República Popular da China, enquanto os membros do Kuomintang refugiam-se na Ilha de Formosa, atual Taiwan, e estabelecem a China Nacionalista ou República da China.

A partir do rompimento e formação das duas nações o desenvolvimento taiwanês ocorreu em meio a diversos entraves impostos pela China. A República Nacional do Povo constitui um estado soberano que mantém sua própria defesa nacional e relações externas. É membro ativo de diversos órgãos intergovernamentais, tais como a Organização Mundial do Comércio, Organização de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, Banco de Desenvolvimento Inter-Americano, entre outros. No entanto, dada a obstrução política da China, Taiwan, apesar de sua plena capacidade, é barrada de participar da Organização das Nações Unidas bem como de outras organizações governamentais internacionais. Além de impor limites ao espaço de manobra internacional de Taiwan, pode-se elencar uma série de outras dificuldades/restrições estabelecidas pela China, a começar pela negação, por parte desta, da existência de um governo taiwanês independente, considerando-o apenas uma província rebelde. Outras atitudes do governo chinês perante o taiwanês, tais como a recusa da China em se comunicar com os governantes taiwaneses e os mísseis direcionados para Taiwan mantidos pela China só tendem a aumentar as tensões diplomáticas entre ambas as nações.

A despeito de tal conjuntura política, a relação econômica mostra-se mais pacífica já que nos últimos 20 anos, de acordo com dados da embaixada da República Popular da China no Brasil, Taiwan destinou cerca de US\$ 46,1 bilhões em investimentos diretos à China Continental, a qual aprovou mais de 75 mil empresas de capital taiwanês. Pesquisas da Universidade de Xiamen chegam a apontar que se incluídos os investimentos indiretos, o fluxo de capital pode ultrapassar a cifra de US\$ 100 bilhões (CHINA, 2008).

Neste contexto, a problemática do trabalho consistirá no entendimento:

- 1) da maneira com que a China Continental veio a contribuir/afetar o desenvolvimento de Taiwan e vice-versa;
- 2) da importância do financiamento taiwanês para o desenvolvimento industrial da China Continental;
- 3) do grau em que a crise política entre Taiwan e a China Continental constituiu fator de entrave (i) a uma melhor articulação econômica entre ambas as nações, (ii) ao desenvolvimento taiwanês e (iii) à inserção de Taiwan no cenário internacional.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Diante da problemática apresentada, coloca-se como objetivo explorar o relacionamento entre a China Continental e Taiwan a partir de 1949 até os dias atuais buscando identificar os resultados dessa interação para estas nações.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar a inserção da China na trajetória da história mundial a partir do século XVI;
- Apontar a origem das tensões políticas entre Taiwan e a China Continental;
- Analisar o desenvolvimento taiwanês a partir de 1949, de forma a assinalar os fatores que corroboraram a alcançar sua posição econômica de destaque, e analisar simultaneamente o relacionamento econômico e político entre a China e Taiwan.

1.3 Metodologia

O propósito do trabalho consiste no entendimento do que está por trás das relações entre Taiwan e a China Continental, para então compreender o atual posicionamento de ambas as nações na economia mundial. Nessa linha, a abordagem do trabalho possui caráter histórico, pois faz-se necessário um levantamento bibliográfico sobre a história de Taiwan e da China.

Inicialmente o trabalho tem um objetivo descritivo, contemplando a trajetória da China na economia mundial e mais especificamente sua inserção intra-asiática. Nesta etapa também é dado enfoque aos aspectos históricos a cerca das tensões políticas entre a China Continental e Taiwan e do desenvolvimento chinês e taiwanês a partir de 1949. Uma pesquisa bibliográfica foi fundamental para subsidiar este estudo.

Na segunda etapa do trabalho o objetivo é explicativo na medida em que utiliza-se da fase descritiva para proporcionar a inteligibilidade das relações e características relatadas. Ou seja, com base na descrição histórica a respeito do desenvolvimento chinês e taiwanês, o estudo buscará analisar de que forma as duas nações se inter-relacionaram, no sentido de que maneira contribuíram/afetaram o desenvolvimento uma da outra. Nesta etapa realizou-se uma pesquisa documental com o objetivo de dimensionar o fluxo de capital de Taiwan em direção à China e que possibilitou o desenvolvimento econômico desta última.

2 A TRAJETÓRIA DA CHINA NO SISTEMA MUNDIAL – DO SISTEMA SINOCÊNTRICO À ATUAL ASCENSÃO DO LESTE ASIÁTICO

No período dominado pelas dinastias Ming e Qing (séculos XIV à XVIII) as relações estrangeiras do império chinês eram controladas pelo império por meio de três tipos de estruturas gerais.

Ao Norte e Noroeste as interações com os mongóis, zungars e os russos eram coordenadas de forma a manter um estado de paz e não permitir o avanço de conquistadores. Para tanto, as visitas das caravanas de mercadores eram reguladas por um sistema de acordos elaborado, os muçulmanos tinham liberdade religiosa mas eram vigiados, além das alianças pessoais que eram propositalmente incentivadas pelo imperador ao oferecer suas filhas para matrimônio a príncipes mongóis (SPENCE, 1996).

A segunda linha de controle consistia na supervisão dos missionários, em que, na perspectiva das relações exteriores, este controle buscava na realidade o prestígio da corte, sendo que não representava uma via de fato da política nacional. Os missionários eram tratados como turistas e guiados por servos de alto escalão da Casa Imperial (SPENCE, 1996).

O relacionamento com o Japão, Coréia, Ilhas Ryukyu, Tailândia, Vietnã, Birmânia, Filipinas, entre outros, era supervisionado por um ministério específico através do sistema de “missões de tributos” :

Estes países compartilhavam de muitos dos valores básicos da cultura chinesa, de um sistema de calendário ao estilo chinês, de algum tipo de escrita adaptada de modelos chineses, de tipos parecidos de comida e indumentária, da prática do confucionismo e do budismo e, em linhas gerais, do mesmo tipo de organização burocrática que o chinês. Carregando as suas relações internacionais com o peso dos costumes e dos símbolos prescritos por esse ministério, a China tentava controlar esses Estados sem despesas militares excessivas. Esperava-se que os emissários desses países fizessem um reconhecimento formal do prestígio cultural e político da China, empregando uma linguagem de subserviência nos documentos diplomáticos e fazendo as prostrações rituais (kowitz) diante do imperador chinês nas audiências reais. Em troca, esses países tinham a permissão para levar a cabo um volume controlado de negócios com a China, principalmente mediante delegações especiais, chamadas “missões de tributos” pelos chineses, que podiam vir a Pequim segundo um calendário anual fixo. (SPENCE, 1996, p. 130)

Spence (1996) aponta que a premissa fundamental chinesa que abarcava as três vias de administração das relações exteriores residia na suposição de que a China figurava como reino

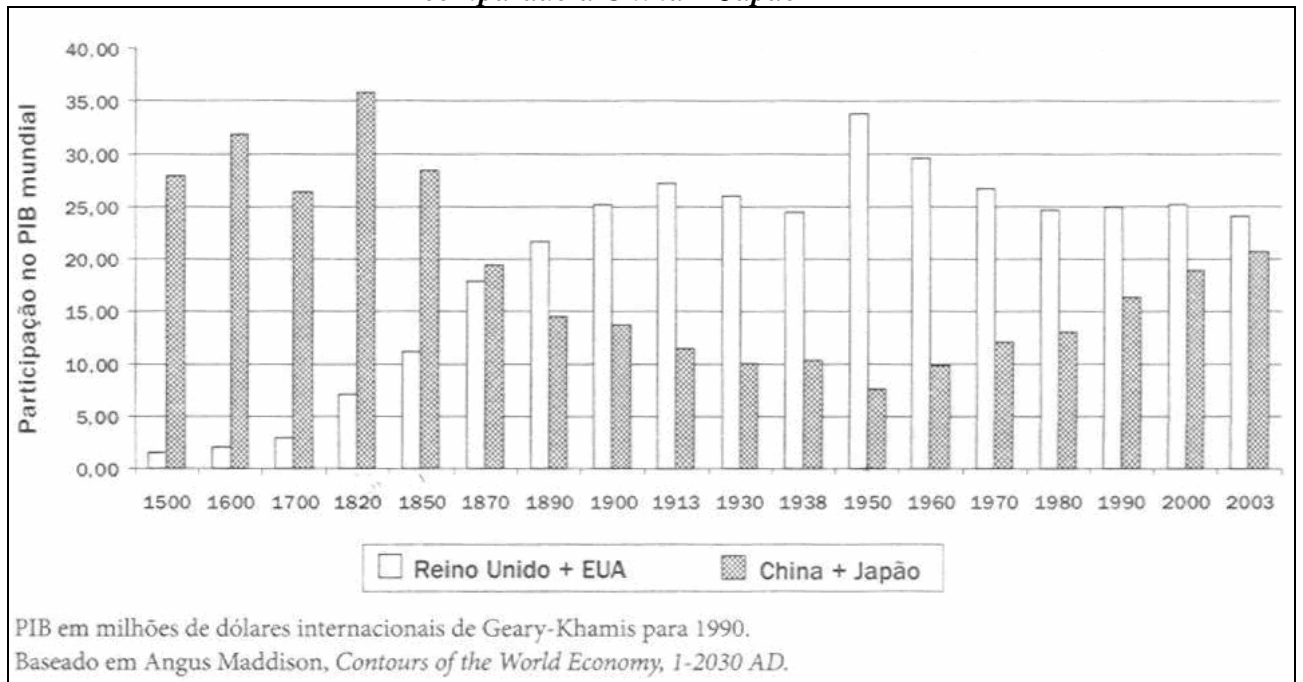
central e que os demais países, por estarem afastados do “centro cultural do mundo”, eram considerados periféricos.

Iniciada a expansão ultramarina da Inglaterra, Holanda e França, desenvolveu-se na China um quarto sistema de “administração de estrangeiros”, o chamado “Sistema de Cantão”. A partir deste momento, o choque cultural e principalmente político seria inevitável e traria consequências que afetariam o sistema sinocêntrico e conseqüentemente a configuração do Leste Asiático, permitindo que as incursões ocidentais na Ásia obtivessem êxito.

Giovani Arrighi (2001) argumenta que a expansão européia na Ásia apenas influenciou a dinâmica interna do sistema sinocêntrico, mas não a ponto de provocar seu fim. A dominação ocidental sobre o Oriente foi temporária e sem hegemonia, baseada na força coercitiva sem que a chamada superioridade moral e intelectual do mundo ocidental fosse de fato aprovada pela civilização oriental. Com a expansão européia, na visão de Arrighi, o sistema sinocêntrico foi apenas formalmente destruído, sendo que sua estrutura e normas continuaram a moldar e influenciar as relações entre os Estados asiáticos. Nesse sentido, a interpretação do autor é de que o esforço de industrialização japonesa não objetivava uma equiparação ao nível de desenvolvimento europeu, mas refletia uma concorrência secular intra-asiática.

As origens da dominação ocidental na Ásia estão relacionadas ao desenvolvimento da tecnologia militar ocidental e à vulnerabilidade das sociedades orientais e de seu comércio. À luz dessa relação entre o Ocidente e Oriente, Arrighi destaca dois aspectos. Em primeiro lugar, até início do século XIX o que existia no Extremo Oriente, nas palavras de Braudel, era uma “supereconomia mundial”, dado que, em comparação ao comércio entre Ocidente e Oriente, o comércio intra-asiático era significativamente maior. Os dados a respeito da participação no PIB mundial apresentados na figura 2.1 demonstram a relevância da participação da China e Japão neste período em detrimento da participação conjunta dos Estados Unidos e Reino Unido. Arrighi (2008, p. 40) afirma que *“durante o século XVIII, o comércio e o mercado eram mais desenvolvidos na Ásia oriental em geral, e na China em particular, do que na Europa”*.

Figura 2.1- PIB conjunto como percentual do PIB mundial: EUA + Reino Unido comparado a China + Japão



Fonte: Arrighi, 2008.

Essa supereconomia, por outro lado, caracterizava-se por ser “gigantesca, frágil e intermitente”. Sua grandiosidade tornava-a frágil, vulnerável a invasões visto que, apesar do controle das relações exteriores, sua defesa dificilmente poderia abranger o vasto território. Em segundo lugar, a fragilidade da supereconomia asiática constituiu uma forte vantagem ao Ocidente, o qual tendo como apoio sua tecnologia militar, pode de fato invadir e perturbar não apenas o comércio interno chinês, mas também o comércio asiático. O contrabando do ópio, além de seu retorno financeiro, foi utilizado estrategicamente pela Inglaterra para enfraquecer a soberania econômica chinesa no leste asiático. O comércio ilegal do ópio na China começou a afetar a integridade financeira e fiscal do império chinês na medida em que grandes quantidades de prata eram drenadas para Índia e transferidas à Inglaterra na forma de tributos. A decisão do império chinês de confiscar e destruir o ópio contrabandeado foi interpretada pela Inglaterra como um delito grave contra o direito internacional e da moral. A resposta inglesa foi a imposição de sua visão à civilização chinesa por meio da “arte assassina”, culminando na primeira Guerra do Ópio de 1839-42. Com a derrocada chinesa, os termos do Tratado de Nanquim logo foram assinados. No entanto, o ópio não foi mencionado no tratado como também não foi discutido no tratado tarifário de 1843 que definiu as taxas para o chá, seda, algodão, lã e marfim. O ópio foi ignorado nos acordos pós-guerra e a brecha para a segunda Guerra do Ópio estava dada. Após a Segunda Guerra do Ópio e os tratado assinados

pelo Japão a semelhança dos Tratados de Nanquim e Tianjin, foi notável a crescente presença de estrangeiros na Ásia. Neste momento o sistema sinocêntrico já se encontrava desordenado. Internamente a instabilidade da China era crescente e resultava não apenas dos reveses infligidos pela Inglaterra, mas também em decorrência do crescimento populacional que exercia pressões sobre a terra, da saída de prata do país, da escalada do consumo de ópio, do declínio do poder do exército, da desmoralização da burocracia e os sofrimentos em larga escala que acompanharam as derrotas (SPENCE, 1996).

Ao analisar a trajetória do sistema mundial, Escobar e Arrighi parecem convergir para o fato de que os séculos XIX e XX foram dominados por nações ocidentais e o século XXI caracterizado pela ascensão do Leste Asiático.

O século 19 foi da Europa. Um longo século, de acordo com o inestimável Eric Hobsbawn: começou em 1789, com a Revolução Francesa, e terminou em 1914, com a Primeira Guerra Mundial. O século 20 foi da América. Um curto século: começou em 1914, e terminou em 1991, com a implosão da URSS e do “socialismo real”. O século 21 será da Ásia-Pacífico: já começou, na verdade, em 1985 – quando a América passou de maior nação credora a nação devedora, em benefício do Japão. (ESCOBAR, 1997, p. 12)

Escobar (1997) assinala que a modernização da Ásia é a grande história não apenas do século XXI, mas também dos últimos cinco séculos, dado que até o início da era das navegações a Ásia considerava-se a civilização, e a Europa, a barbárie.

A expansão econômica contemporânea no Leste asiático, que começou no Japão, depois nos países interiores do Leste asiático e agora aparentemente também com a China marítima, pode indicar o início de um retorno (a um sistema mundial) em que, no futuro, partes da Ásia novamente desempenhem um papel principal como o fizeram em um passado não muito distante. (ARRIGHI, 1996, p. 2)

Arrighi (1996) assinala que a atual configuração política, econômica e cultural do Leste asiático é uma herança do sistema de “missões de tributos” que resistiu por dois séculos à interferência ocidental. O autor aponta ainda duas peculiaridades dos Estados do Leste asiático: 1) A natureza “quase-Estado” dos Estados da região economicamente mais bem sucedidos, a saber, Japão, Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul. São qualificados como quase-Estados pois apesar de possuírem condição jurídica de Estado, não possuem todas as capacidades necessárias para exercer as funções governamentais relacionadas à condição de Estado. O Japão, por exemplo, é ainda um protetorado militar dos Estados Unidos. As funções de Hong Kong (entreposto comercial e financeiro) e Cingapura (entreposto comercial e industrial) são associadas às funções das cidades-Estados Gênova e Veneza. Coréia do Sul e Taiwan também são protetorados militares norte americano, sendo que a Coréia do Sul vive em “constante esperança ou temor de ser reunida à sua metade do

norte” e Taiwan vive em “constante esperança ou temor de se tornar senhor ou servo da China Continental”. 2) A importância de redes comerciais informais que conectam as economias destes quase-Estados entre si. Os principais agentes que propiciaram essa formação de redes comerciais foram os japoneses com seu modelo de subcontratação multiestratificado e a partir de 1980 os chineses de além-mar que acabaram por suplantar as companhias industriais e comerciais japonesas. É importante destacar que a diáspora chinesa como agente promotor da atual expansão econômica e da integração da região do Leste asiático deriva do antigo sistema sinocêntrico de “missões de tributos”.

Com anos de superávit na balança comercial, altas taxas de poupança e políticas fiscais bastante razoáveis, os países do Leste da Ásia haviam acumulado já em 94 nada menos que US\$ 250 bilhões de reservas em moeda estrangeira – o triplo das reservas japonesas. Ainda podiam contar com US\$ 600 bilhões em reservas cash no balanço de suas corporações – dezenas das quais ainda continuam crescendo a ritmos frenéticos. Este deslocamento da balança do poder econômico global – equivalente em magnitude ao choque de placas tectônicas – gerou nada menos do que uma nova hegemonia chinesa, combinando China Continental, Hong Kong, Taiwan, Cingapura e as economias do Sudeste da Ásia (Tailândia, Malásia, Indonésia) cujas business classes são dominadas por chineses. Apenas na metade dos anos 90 Europa e EUA acordaram para o fato de que a ameaça não vinha apenas do Japão, mas também da diáspora chinesa. (ESCOBAR, 1997, p. 62)

O crescimento anual médio do PNB em termos reais no mundo, no período entre 1965 e 1996, foi de 3,1%. A região do Pacífico asiático, no entanto, apresentou crescimento exuberante. A China cresceu em média 8,5% ao ano, Hong Kong 7,5%, Coreia do Sul 8,9%, Cingapura 8,3%, Tailândia 7,3%, Indonésia 6,7%, Malásia 6,8%, Filipinas 3,5% e Japão 4,5%. No período entre 1950 e 1996 a participação da Ásia na renda mundial elevou-se de 19% à 33% (CASTELLS, 1999).

No período de mais ou menos três décadas, a região do Pacífico asiático tornara-se importante centro de acumulação de capital no planeta, o maior produtor industrial, a região de comércio mais competitiva, um dos dois principais centros de inovação e produção de tecnologia da informação (sendo o outro, os EUA) e o mercado de crescimento mais rápido. E, por isso, transformara-se no destino mais atraente para o investimento de capital global em mercado emergentes. (CASTELLS, 1999, p. 251)

O relatório do Banco Mundial *The East Asian Miracle - Economic Growth and Public Policy* encomendado pelo governo japonês e publicado em 1993, chama a atenção para o tapete vermelho que fora estendido pela Ásia para receber investimentos estrangeiros diretos no intuito de alavancar seu setor tecnológico. A produção era destinada à exportação e o Estado complementava o investimento privado, concedia subsídios sob controle fiscal, controlava as taxas de juros de acordo com padrões internacionais, incentivava fortemente a

educação, em fim, propiciava uma acumulação significativa de capital físico e humano. O relatório conclui que o avanço da Ásia deu-se em decorrência de seus investimentos ambiciosos e produtivos com o objetivo de se equiparar tecnologicamente aos países industrializados. Tudo isso em meio à estabilidade macroeconômica proporcionada por uma baixa inflação, taxas de juros e cambiais estáveis (ESCOBAR, 1997).

Mesmo com características gerais semelhantes, o padrão de desenvolvimento nos países asiáticos é bem variado em função das especificidades dos ambientes sociais, econômicos e institucionais. O grau de desenvolvimento alcançado pelo Japão, Coreia do Sul, Cingapura, Taiwan, Hong Kong, China, Indonésia e outros, resultou de um conjunto específico de relações entre o Estado, a economia e a sociedade, em que pese a dinâmica social interna e os fluxos financeiros externos sob mediação das instituições estatais.

O crescimento econômico, desenvolvimento social e transformação tecnológica japonês decorreu de sua dinâmica social interna em meio a um contexto favorecido, por exemplo, pelas reformas agrárias e trabalhistas impostas pela ocupação norte-americana. O Japão beneficiou-se também da proteção militar dos Estados Unidos, podendo focar seus esforços e recursos financeiros e humanos na produção, tecnologia e exportações. Já a dinâmica interna da sociedade japonesa rumo ao desenvolvimento teve como pilar o projeto de afirmação da identidade nacional herdado da era *Meiji*. O ressurgimento do nacionalismo japonês como projeto de desenvolvimento foi promovido pelo Estado tendo como objetivo a competição pacífica na economia internacional. O Estado desenvolvimentista utilizou-se de política comercial, industrial tecnológica e crédito para a orientação e coordenação das empresas japonesas organizadas em redes. Foi dado grande enfoque aos investimentos em P&D e na indústria avançada, o que promoveu um posicionamento de liderança nos setores de tecnologia da informação (CASTELLS, 1999). Nos anos de 1989 à 1994, de acordo com relatório de competitividade global elaborado pelo *Institute for Management Development* (2008) e publicado pelo Banco Mundial, o Japão sustentou sua posição de líder mundial. Em 1995, os Estados Unidos alçaram a primeira posição seguidos por 7 países asiáticos e apenas 2 europeus – Japão, China, Alemanha, Cingapura, Coreia, Índia, Taiwan, Malásia e Suíça. O relatório é publicado anualmente e leva em consideração fatores como infra-estrutura, economia, sistema de governo, sistema financeiro e qualidades pessoais da população. O desempenho econômico japonês deste período caracterizou-se por um superávit comercial e financeiro, altas taxas de poupança interna, altas taxas de investimento, elevação dos salários reais e melhora do padrão de vida.

Não obstante o sucesso do desenvolvimento japonês, o surgimento dos tigres asiáticos corroborou com a ascensão econômica do Leste asiático. Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong, vistos como territórios infecundos, sem recursos naturais e energéticos, sem mercados internos e sem tradição industrial conseguiram em apenas três décadas se destacar como produtores e exportadores competitivos da economia mundial. Genericamente, o processo de desenvolvimento destas economias foram marcadas pela exploração, repressão política e ideológica, problemas sociais, mas também pela melhoria das condições de vida e redução da desigualdade de renda. Os Estados desenvolvimentistas tiveram papel primordial no processo de modernização e industrialização destes países, cada qual com seu grau de intervenção estatal próprios. Na análise de Castells (1999), “para o Estado desenvolvimentista, o desenvolvimento econômico não é um objetivo, mas um meio”. Sobreviver como Estado e sociedade defendendo seus interesses nacionais diante da economia mundial era o objetivo principal, o qual foi viabilizado pela posição alcançada na concorrência global. De acordo com Castells (1999, p. 324): “*o Estado desenvolvimentista do Leste Asiático nasceu da necessidade de sobrevivência e depois cresceu com base em um projeto nacionalista, afirmando a identidade cultural/política no cenário mundial. A necessidade de sobrevivência veio antes de mais nada*”.

Hong Kong é o centro financeiro da Ásia não japonesa, centro de desenvolvimento de produtos, possui excelente infra-estrutura e qualidade de vida. Conhecida como a Manhattan da Ásia, é a porta de entrada para o mercado interno chinês. Após 156 anos sob o domínio britânico, domínio este estabelecido a partir da assinatura do Tratado de Nanquim ao final da primeira guerra do Ópio, a soberania de Hong Kong foi devolvida à China em 1997. Hong Kong, parafraseando Castells (1999, p. 310), “*encarna os sonhos de um capitalismo divorciado do Estado e apoiado pela política explícita da não intervenção positiva do governo*”. Em seguida Castells afirma que ainda assim o papel do Estado no desenvolvimento de Hong Kong foi decisivo, mesmo que de maneira sutil e indireta. A terra era de propriedade da Coroa britânica e não podia ser vendida, de forma que o governo podia apenas arrendar a terra, ação suficiente para contribuir com o aumento da receita pública do governo. Foi por meio da manipulação deste mercado de terras que o governo pôde desenvolver projetos habitacionais e industriais urbanos. Seu programa habitacional era o segundo maior do mundo, além disso o governo implantava melhorias na educação pública, na saúde pública, no transporte público, subsidiava produtos alimentícios e proporcionava serviços sociais, contribuições que se traduziam em um grande auxílio salarial indireto para a força de trabalho. Este Estado do bem-estar social colonial de Hong Kong permitiu que os

trabalhadores trabalhassem mais, sem, contudo pressionar seus empregadores de modo que a indústria pudesse se desenvolver em um longo período de paz. Por outro lado, o governo beneficiou também as pequenas empresas (que constituíam a maioria na indústria) ao chamar para si a responsabilidade pelo bem-estar dos trabalhadores. As empresas puderam desta forma concentrar esforços na produção para exportação a preços mais competitivos. O desenvolvimento das pequenas empresas entre 1955 e 1974 constituiu a força motriz do desenvolvimento de Hong Kong. Apenas na década de 90 Hong Kong se destacaria como centro financeiro e de serviços avançados (CASTELLS, 1999).

A Coreia do Sul, após se separar de sua metade soviética do norte na Segunda Guerra Mundial, tornou-se protetorado militar norte-americano, e ainda, teve seu processo de desenvolvimento econômico sob constante intervenção norte-americana. A reconstrução e sobrevivência sul coreana respaldadas pelos Estados Unidos lograram êxito diante da implementação da reforma agrária¹, apoio militar e auxílio financeiro (CASTELLS, 1999). O Estado teve papel fundamental como coordenador e fomentador do processo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização. Inicialmente desenvolveu-se a indústria manufatureira e posteriormente indústrias mais dinâmicas com maior conteúdo tecnológico e de alta especialização do trabalho. O governo utilizou-se de instrumentos tributários e tarifários para aumentar as taxas de lucro dos empreendimentos além de incentivos e créditos fiscais com o objetivo de reduzir o grau de risco, elevar a rentabilidade e viabilizar financeiramente a realização dos investimentos pelo setor privado ou estatal. Destaca-se a formação de grandes empresas nacionais, as chamadas Chaebols, que privilegiadas pelas políticas governamentais através de planos quinquenais foram direcionadas para setores estratégicos (COUTINHO, 1999). O governo incentivou a entrada de capital estrangeiro na forma de empréstimo público e privado. O primeiro era direcionado aos gastos com infra-estrutura produtiva, e o segundo às empresas coreanas conforme as diretrizes estratégicas do plano quinquenal em vigência. Na década de 80 a Coreia do Sul havia se tornado uma das economias com maior grau de endividamento, fato que não prejudicou sua modernização visto que os recursos eram adequadamente aplicados e retornavam significativos resultados econômicos. Na década de 70 o governo se abriu à

¹ A reforma agrária realizada na Coreia do Sul, assim como no Japão e Taiwan, distribuiu uma parcela grande de terra de qualidade a uma maioria de pobres rurais ao mesmo tempo em que foram implementadas políticas comerciais e econômicas que favoreceram a agricultura familiar e enfraqueceram o poder das elites rurais de distorcer e capturar políticas. Os resultados positivos da reforma apontam uma redução real e mensurável da pobreza e a melhora da qualidade de vida da população.

entrada de investimentos estrangeiros diretos, mas desde que estes trouxessem alguma transferência tecnológica. Castells (1999) chama a atenção para importância dos trabalhadores coreanos, assim como os trabalhadores do Leste asiático em geral, como recurso decisivo ao desenvolvimento da economia com o agravante de que na Coreia do Sul a repressão era muito mais intensa e o movimento sindicalista militante também se configurava como o mais forte da Ásia.

Em Cingapura o crescimento econômico promovido após sua libertação nacional em 1965 resultou substancialmente da disponibilidade de capitais tanto externo - investimento estrangeiro direto - quanto interno - poupança nacional bruta que no período atingiu 74% da formação de capital interno bruto total. O governo atraiu a entrada de capital estrangeiro por meio da criação de um ambiente favorável para negócios: excelente infra-estrutura de transportes e de comunicação, fornecimento de terrenos industriais, força de trabalho instruída, legislação social e ambiental favorável, política fiscal estável, incentivos fiscais para indústrias de alta tecnologia e estabilidade política. A poupança interna era induzida pelo Estado por meio do programa de previdência nacional que obrigava a população a poupar. No período de 1979 à 1984 as condições de vida da população melhoraram em decorrência do aumentos dos salários reais, do declínio da desigualdade de renda e dos subsídios à saúde, educação e transporte públicos. Na década de 90 Cingapura já figurava como uma “vitrine” resultante de um processo desenvolvimentista de sucesso (CASTELLS, 1999).

Tendo em vista os sucessos leste asiáticos, Wallerstein (1995) afirma que o programa Wilsoniano de desenvolvimento nacional elaborado pelos Estados Unidos para ser adotado pelo Terceiro Mundo efetivamente funcionou no Leste Asiático, sendo que as duas etapas previstas pelo programa foram vencidas: a primeira etapa da libertação nacional e a segunda de desenvolvimento nacional.

Em 1997, 4 anos após a publicação do relatório do Banco Mundial, alguns países asiáticos entraram em colapso e outros em um período de profunda recessão, alterando o cenário da região do Pacífico asiático e provocando uma série de repercussões na economia global. A crise asiática decorreu em um primeiro momento da acentuada desvalorização das moedas das economias asiáticas em relação ao dólar e da queda significativa nos preços de ativos nos mercados acionários asiáticos. Em um segundo momento a fuga de capitais e a conseqüente redução das reservas externas intensificaram a crise. As conseqüências e impactos da crise foram diferentes em cada economia asiática dada a diversidade econômica e especificidade institucional de cada região. Após alguns anos as economias abaladas voltaram a crescer de forma sustentada. Para Arrighi (2001), a crise financeira vivenciada pelo Leste

asiático é um indicativo de que o Leste asiático constitui um forte candidato à sucessão hegemônica dos Estados Unidos.

Arrighi (2001) destaca que a “atual ascensão do Leste da Ásia como o centro mais dinâmico dos processos de acumulação de capital em escala mundial pode ser vista como um sinal de que o longo processo de intromissão e dominação ocidentais na Ásia fechou ou está prestes a fechar um círculo completo”. Os principais aspectos do renascimento econômico do leste asiático que dão luz à sua provável trajetória futura são: 1) renascimento como produto das contradições da hegemonia norte-americana, dada sua via de desenvolvimento apoiada em altos custos de proteção e reprodução, e da herança geo-histórica do Leste da Ásia, dados os baixos custos de reprodução e proteção que contribuíram para uma grande vantagem competitiva dos órgãos governamentais e empresas da região; 2) renascimento caracterizado pela pluralidade de nações atuantes na região, por isso é improvável que apenas um Estado isolado torne-se a nova hegemonia regional ou global; 3) processo de expansão econômica e integração da região do leste asiático caracterizada por ser um processo aberto ao resto do mundo, na medida em que a economia do leste asiático interliga-se com o resto do mundo através de forte encadeamento para frente e para trás; 4) o processo de renascimento do leste asiático é único e por isso não pode ser reproduzido em outro lugar com resultados igualmente satisfatórios. Fala-se em renascimento, pois,

a Ásia oriental é uma grande região do passado que esteve na vanguarda do desenvolvimento mundial durante pelo menos dois mil anos, até os séculos XVI, XVII e mesmo XVIII, e depois sofreu um eclipse relativamente rápido, mas profundo. O renascimento ocorreu em um processo de bola-de-neve, com milagres (milagres entre aspas no original) econômicos interligados, numa sucessão de Estados da Ásia oriental, a começar pelo Japão nas décadas de 1950 e 1960, passando por Coréia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Malásia, e Tailândia nas décadas de 1970 e 1980, e culminando, nos anos 1990 e início dos anos 2000, com o surgimento da China como o centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo. (ARRIGHI, 2008, p. 17-18)

3 O ROMPIMENTO DIPLOMÁTICO ENTRE A CHINA E TAIWAN EM 1494 E SEU POSTERIOR RELACIONAMENTO POLÍTICO

3.1 Origens das tensões políticas entre Taiwan e China Continental

A integração de Taiwan à história da China remonta o início do século XVII. Com aproximadamente 5.000 anos de história, pouco se sabe sobre os originais habitantes da ilha de Taiwan. Antigos registros apontam uma população de aborígenes emigrados de diferentes ilhas do Pacífico. Os nativos da ilha não eram amistosos, sendo que poucos mercadores chineses se arriscaram e se estabeleceram em Taiwan, a qual servia de abrigo também para piratas chineses e japoneses. Os primeiros europeus a explorarem Taiwan foram os portugueses em 1582, os quais alcunharam-na “Ilha Formosa”. Os portugueses não permaneceram por muito tempo, pois decidiram manter apenas em Macau a sua base de operações. Os espanhóis foram os próximos a explorar a ilha e estabelecer uma base, no entanto logo foram expulsos pelos holandeses. Por meio da Companhia das Índias Orientais, os holandeses desenvolveram um comércio lucrativo entre a ilha, o império Holandês e os mercadores da costa chinesa. Em 1644, com a derrubada da dinastia Ming decorrente da invasão da China pelos manchus², cerca de cem mil pessoas fugiram das províncias costeiras chinesas para a ilha. Os chineses refugiados e holandeses conviveram pacificamente por pouco tempo, sendo que em 1662 os ocidentais foram expulsos pelos chineses e nativos, sob a liderança de Coxinga³. Em 1683 Taiwan foi incorporada ao Império chinês dominado pelos manchus (dinastia Qing). Em decorrência da derrota chinesa na primeira guerra sino-japonesa em 1895, a ilha foi cedida aos vencedores. Os japoneses investiram em infra-estrutura e agricultura de forma que a ilha foi transformada em fornecedora de alimentos e base militar para o império nipônico (SPENCE, 1996).

² O povo manchu era originário das tribos jurchen que viviam nas áreas que hoje são as províncias de Heilongjiang e Jiling.

³ Guerreiro naval que se destacou na liderança do movimento anti-manchu.

Em 1911 iniciou-se a etapa moderna da história da China com a queda da Dinastia Qing (manchu) e no ano seguinte com o estabelecimento da República da China. No mesmo ano foi fundado o Kuomintang – Partido Nacional do Povo – que possuía como diretrizes centrais, em primeiro lugar, a reunificação da China através da eliminação dos senhores da guerra⁴ (governadores militares) que em sua maioria eram corruptos e não atuavam para o bem estar da sociedade. Conforme apontamento de Lucien Bianco (2006), os efeitos mais evidentes destes senhores da guerra eram a regionalização cada vez mais acentuada da vida política e o correlativo debilitamento do Estado, a secessão da China meridional e, por fim, a opressão do povo, principalmente das massas camponesas que eram destruídas pela passagem dos exércitos saqueadores e pelas abusivas tributações dos senhores provinciais.

O Kuomintang propunha, em segundo lugar, o combate ao imperialismo das nações ocidentais que, a partir das assinaturas dos tratados⁵ pós-guerras do ópio, submeteu a China, contra sua vontade, às invasões do comércio ocidental e à sua cultura (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Na década de 1920, apoiados e incentivados pela Internacional Comunista (Comintern), o Partido Nacional do Povo, liderado por Sun Yatsen, e o Partido Comunista Chinês cooperaram ao mesmo tempo em que competiram em nome do objetivo comum de combater o imperialismo e os senhores da guerra. Fairbank e Goldman (2008, p. 262-263) tratam a respeito desta aliança entre nacionalistas e comunistas chineses:

Parecia exequível para Sun Yatsen porque o PCC ainda era tão pouco numeroso, os dois partidos uniam-se pelo antiimperialismo, e o GMD⁶ visava liderar um movimento amplo, nacional, de todas as classes, evitando uma luta de classes. Sun também achava que havia pouca diferença entre o Bem-Estar Social e o comunismo (pelo menos como visto na Nova Política Econômica de Lênin), que os comunistas chineses eram apenas um grupo de jovens que esperavam monopolizar o auxílio russo e que a Rússia os repudiaria se necessário para cooperar com o GMD.

Por seu lado, os comunistas chineses procuravam apoio de classe definido entre trabalhadores urbanos, camponeses pobres e estudantes. Mas reconheciam que essa base de classe ainda era fraca. Procuravam, portanto, acompanhar e utilizar o movimento nacionalista sem antagonizar os importantes elementos não-comunistas que o integravam.

⁴ Os senhores da guerra (Tukiuns) eram déspotas locais que possuíam exércitos privados, que ao mesmo tempo em que espoliavam os camponeses, lutavam entre si em busca de maior poder.

⁵ O século dos tratados (1843 – 1949) da China com nações ocidentais (Grã-bretanha, Estados Unidos, França e Rússia) caracterizou-se “por (1) abertura crescente da China ao contato estrangeiro; (2) invasões militares estrangeiras (...); (3) comércio ocidental e invasões religiosas (...)”

⁶ GMD, abreviação de Guomindang, refere-se ao Partido Nacionalista. Encontra-se também a escrita: Kuomintang, cuja abreviação é KMT. Adotarei como padrão KMT, no entanto, nesta citação mantive a escrita do original.

A Terceira Internacional do Partido Comunista (Comintern) foi organizada por Lênin com o intuito de estimular revoluções socialistas em outros países, no entanto, no caso chinês o apoio soviético ao partido nacionalista foi estratégico, explica Spence (1996, p. 314):

Eles (os soviéticos) lançaram um manifesto aos proletários de todo o mundo no qual louvavam a forma de governo soviética, instavam outros partidos comunistas a lutar fortemente contra movimentos trabalhistas não comunistas e expressavam apoio a todos os povos coloniais em luta contra as potências imperialistas, inclusive os chineses, que tentavam resistir aos avanços dos japoneses. Durante esse período em que os acordos territoriais do pós-guerra alimentavam os movimentos nacionalistas na Europa e na Ásia, Lênin e os líderes do Comintern se defrontavam com a escolha estratégica entre apoiar todos os esforços de revolução socialista no exterior, mesmo que isso significasse enfraquecer determinado movimento nacionalista antiimperialista, ou apoiar líderes nacionalistas fortes, mesmo que fossem reformistas burgueses. No segundo congresso do Comintern, realizado em julho de 1920, Lênin assumiu a posição de que o estágio de desenvolvimento capitalista não era inevitável para as nações atrasadas se elas fossem ajudadas pela União Soviética. Nesses casos, se estimulariam soviets camponeses, junto com uma aliança temporária com partidos democráticos burgueses.

Sun faleceu em 1925, mas o partido nacionalista seguiu adiante liderado por Chiang Kaishek. Ainda em 1923, Chiang havia passado três meses na Rússia. Nesta viagem o novo líder conscientizou-se dos métodos soviéticos e passou a desconfiar dos objetivos comunistas. Chiang, no entanto, não se desfez completamente da forma leninista de organização. Em 1925 o Kuomintang iniciou a Expedição ao Norte contra os senhores feudais com o objetivo de unificação da China (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008). Entretanto, com a aproximação dos exércitos nacionalistas dos grandes centros urbanos, como Shangai e Cantão, as lideranças operárias, corporativas e sindicais foram fortemente incentivadas pelos comunistas a se lançarem em rebelião com a finalidade de tomar o poder antes que os nacionalistas o fizessem. Chiang viu-se diante de duas opções: apoiar ou sufocar o movimento comunista (SPENCE, 1996). Dessa forma, em abril de 1927, Chiang, através de um “ato sangrento de traição”, rompeu a aliança entre os nacionalistas e comunistas. Os sindicatos sob liderança comunista foram atacados e os chineses comunistas de seu recém formado governo de Nanquim foram expulsos. O terror contra os comunistas foi instaurado em toda a China. O episódio finalizou com a entrada de Chiang em Pequim em 1928 e o estabelecimento de um governo nacionalista em Nanquim (ARRIGHI, 2001).

O rompimento da cooperação entre comunistas e nacionalistas ensejou duas décadas de guerra civil. O Partido Comunista obrigou-se a rever sua estratégia de ação política, já que suas organizações urbanas haviam sido dizimadas. O antigo líder do partido, Chen Tu-siu, foi afastado, surgindo como novo líder Mao Tse-tung. Neste novo contexto o Partido Comunista

Chinês se organizou criando o Exército Vermelho (SPENCE, 1996). Diante desta nova configuração, Arrighi (2001) destaca dois aspectos: 1) o princípio leninista do partido foi preservado, porém, os aspectos insurrecionais da teoria leninista foram abandonados e substituídos pelo que Mao chamou “linha das massas”, cuja idéia era a de que “*o partido de vanguarda deveria ser não apenas o mestre, mas também discípulo das massas*” (ARRIGHI, 2001, p. 270); e 2) o partido comunista passou a priorizar o campesinato (soviets rurais) como a base social da revolução, e não mais o proletariado urbano.

Pressionados pela campanha de extermínio do Kuomintang, os soviets rurais, no final de 1934, iniciaram a Longa Marcha, cujo objetivo era constituir uma nova base territorial na periferia do poder nacionalista (SPENCE, 1996). A Longa Marcha durou um ano e cerca de 10 mil quilômetros foram percorridos pelo interior da China até que o Partido Comunista se estabeleceu, por fim, na província de Yanan. Enquanto Mao e o Partido Comunista Chinês fortaleciam, Chiang e seu governo estavam debilitados. Problemas como a inflação, a alta tributação sobre o campesinato, serviço de saúde pública insuficientemente distribuído e a permanência dos senhores de guerra enfraqueceram o Kuomintang, deixando margem para que revoltas camponesas prosperassem (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Com a Segunda Guerra Mundial, em 1937, comunistas e nacionalistas interromperam brevemente a guerra civil que vinham travando para juntos formarem uma frente unida e enfrentar os invasores japoneses. Apenas em 1941 os Estados Unidos passaram a interferir e assumiram a tarefa de derrotar o Japão. As regiões Norte e Leste, as mais industrializadas e ricas, estavam sob domínio nipônico, a região Sul ocupada pelo Kuomintang e a região Noroeste controlada pelos comunistas. Em 1945 o avanço das forças soviéticas e o lançamento das bombas atômicas em Hiroxima e Nagasaki fizeram encerrar a guerra na Ásia. Neste ano a ilha de Taiwan, que estava sob domínio japonês desde 1895, foi devolvida à China. Com a rendição japonesa, o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês romperam novamente a aliança e iniciaram uma corrida para ocupar o espaço até então dominado pelo exército japonês. As forças armadas nacionalistas, duas vezes maiores em número que os comunistas, receberam ajuda financeira e bélica norte-americana enquanto os comunistas foram incentivados pelos soviéticos a se apropriar do equipamento militar deixado pelos nipônicos, organizando, desta forma, os preparativos para a retomada da guerra civil (SPENCE, 1996).

A “*incompetência dos nacionalistas*”, segundo Fairbank e Goldman (2008, p. 306), tanto na arena administrativa quanto na guerra, os afastaram da possibilidade de vencer a guerra contra os comunistas. A estratégia de guerra de Chiang não foi eficaz, apesar do apoio

bélico dos estados Unidos. O governo dirigido por Chiang, caracterizado pela inflação, aumento dos tributos, não incentivo às indústrias, corrupção, repressão com uso da violência contra estudantes e cidadãos, “conseguiu aliená-los da mesma forma que as insensatas políticas econômicas alienaram a classe média urbana e os capitalistas industriais” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p.308).

Enquanto o Kuomintang perdia o apoio popular, o Partido Comunista Chinês consolidava seu poder primeiramente em meio à população rural, onde implantou uma reforma agrária com o objetivo de desapropriar e destruir a influência econômica e social dos proprietários de terra e outros magnatas locais. No campo da guerra a tática de guerrilhas dos comunistas também foram mais eficazes. Venceram a guerra utilizando armamentos do exército japonês que havia se rendido, além das armas capturadas dos nacionalistas que haviam sido fornecidas pelos Estados Unidos. Em 1949, o Partido Comunista chinês, sob a liderança de Mao, derrotou em fim o exército Kuomintang, assumiu o poder em Pequim e proclamou a República Popular da China (Figura 3.1.1). Os nacionalistas, sob o comando de Chiang, se refugiaram na ilha de Taiwan (Figura 3.1.2) (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008).

Figura 3.1.1 – Mapa da China



Fonte: cia.gov

Figura 3.1.2 – Mapa de Taiwan



Fonte: *cia.gov*

3.2 Relacionamento entre China e Taiwan a partir de 1949 ⁷

Em meados da década de 1950, a China iniciou tentativas de conversações com o Kuomintang. Durante toda a década as tentativas persistiram e até mesmo Mao Tse-tung em 1957 manifestou a vontade do Partido Comunista Chinês de cooperar com o Partido Nacionalista. Publicamente Taiwan dispensou todas as iniciativas, mas historiadores taiwaneses registram que Chiang Kaishek manteve, secretamente, discussões a cerca da reunificação com a China. Na década de 1960, entretanto, consta que os contatos cessaram mediante a Revolução Cultural vigente na China.

Em meados dos anos 70, em decorrência da morte de Chiang Kaishek, seu filho Chiang Chingkuo assumiu o comando do partido e do governo Kuomintang. Até 1971, Taiwan havia ocupado um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, sendo reconhecida pela ONU como sendo a “China”. Em 1979 os Estados Unidos transferiram o

⁷ Seção baseada quase que integralmente em: PINTO, Paulo Antônio Pereira. **Taiwan - Um Futuro Formoso para a Ilha?** Porto Alegre: UFRGS, 2005. 144 p.

reconhecimento diplomático para Pequim e para preservar seus interesses estratégicos no estreito, promulgaram o *Taiwan Relations Act*, documento que regulamentaria seu relacionamento não-oficial com Taiwan. Através deste ato legislativo, os Estados Unidos ainda manteriam a ilha fortemente inserida na estrutura de confrontação da Guerra Fria, além de garantir que seria detida e prevenida a anexação de Taiwan pela China por meios que não fossem pacíficos.

No final dos anos 70, quando iniciava a Era Deng Xiaoping, uma nova orientação para a reunificação foi formulada pela China, retomando as iniciativas de aproximação com Taiwan. Logo em seguida, em 1981, o Congresso Nacional do Povo chinês anunciou uma proposta contendo nove pontos a serem resolvidos: 1) livre comércio e comunicações entre Taiwan e a República Popular da China; 2) autonomia para Taiwan e manutenção das forças armadas taiwanesas; 3) participação de representantes taiwaneses no sistema político da República Popular da China; 4) preservação da economia capitalista taiwanesa; 5) ajuda financeira do Governo central a Taiwan, caso necessário; 6) liberdade para residentes da ilha se estabelecerem no continente chinês; 7) participação lucrativa para capitalistas taiwaneses no programa de modernização da República Popular da China; 8) conversações entre o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês com vistas à reunificação; e 9) aceitação de propostas das “massas” sobre como a reunificação deveria ser realizada.

Em 1984, Deng propôs a aplicação da idéia “um país, dois sistemas” para a reunificação de Taiwan, mas que só foi aplicada em 1997 na ocasião da devolução da soberania de Hong Kong à China. Durante os anos 1980, não houve evolução nas negociações do estreito China-Taiwan.

Em 1988, com o falecimento de Chiang Chingkuo, a expectativa da República Popular chinesa era a de que o novo presidente da República da China, Lee Teng-hui, daria continuidade às negociações para a reunificação. A orientação política de Lee, no entanto, contemplava a idéia de que existia “uma China, dois governos”. Na década de 90, os taiwaneses estabeleceram um Conselho Nacional para Unificação e lançaram as *Guidelines for National Unification*, na qual o discurso era o de que havia “uma China, duas entidades políticas iguais”. Os taiwaneses, desconfiados com a orientação do governo vigente, levantaram quatro questões que apontavam o não comprometimento de Lee com o projeto de reunificação, a citar: a inexistência de relacionamento pessoal entre Lee e os dirigentes comunistas, ao contrário da postura adotada por Chiang Kaishek e Chiang Chingkuo; o fato de Lee ser nativo da ilha e nunca ter ido ao continente e, por isso, não demonstrar afeição em relação à China como demonstravam seus antecessores; Lee era fortemente anticomunista, o

que dificultava seu diálogo com o Partido Comunista Chinês e; sua posição na liderança do Kuomintang era frágil, e por isso exigia que mantivesse equilíbrio entre facções pró e contra a reunificação.

Taiwan anunciou em 1991 o fim do “Período de Mobilização para a Supressão da Rebelião Comunista”, o que na prática significou a renúncia por parte do Kuomintang de que um dia o partido reconquistaria a China e retornaria ao poder pela força. Os taiwaneses criaram no mesmo ano a organização não-governamental *Strait Exchange Foundation* (SEF), enquanto os chineses fundaram a *Association for Relations across the Taiwan Strait* (ARATS). A esperança taiwanesa era de que as duas entidades estabelecessem um regulamento para o relacionamento entre a população da ilha e a do continente. De fato, em 1992, as duas instituições realizaram uma série de conversações, Jiang Zemin chegou a declarar que qualquer tema poderia ser posto em discussão desde que se respeitasse o princípio da existência de “uma China”. Foram realizadas diversas rodadas de negociações, e uma reunião entre a SEF e a ARATS para julho de 1995 foi prevista com a finalidade de aprofundar o debate. Essa perspectiva foi, contudo atropelada pela “diplomacia pragmática” de Lee. Através das viagens realizadas a países que mantinham vínculos diplomáticos com a ilha, do pedido de ingresso de Taiwan na Organização das Nações Unidas e de sua polêmica visita aos Estados Unidos, Lee demonstrou através de seus discursos, suas intenções independentistas. A viagem de Lee aos Estados Unidos foi vista pelos chineses como uma demonstração de que o governo norte americano estava dando reconhecimento ao governo de Taiwan. Em resposta a esta visita, o governo chinês realizou uma prova de mísseis no estreito de Taiwan. No ano seguinte novos mísseis foram lançados como manifestação chinesa contra a reeleição de Lee (ROLDÁN, 2003). Ainda em 1993, Lee, argumentando que “*um país de 23 milhões de habitantes, a décima-quarta maior economia no comércio internacional e o sexto maior parceiro comercial dos EUA, deveria ser membro pleno da Organização das Nações Unidas*” (PINTO, 2005, p. 67), passou a defender a participação simultânea da República da China e da República Popular da China na ONU. Lee, porém, não declarou verbalmente suas intenções independentistas, e para encobrir seu intento, alegava que a participação de ambos os partidos contribuiria para a reunificação chinesa.

No início de 1995 o presidente Jiang Zemin, com a finalidade de oficialmente dar fim às hostilidades entre Taiwan e China, apresentou uma nova proposta de reunificação ao Kuomintang, nos termos da qual advogava que: a ilha permaneceria com seus sistemas econômico e social, assim como seu estilo de vida e vínculos não-governamentais com outros países; Taiwan assumiria a condição de Região Administrativa Especial e desfrutaria de alto

grau de autonomia, incluindo um poder judiciário independente; poderia manter seu exército e gerir seu próprio sistema partidário e governamental; e o governo da República Popular da China reservaria alguns postos para os taiwaneses.

Taiwan respondeu à iniciativa chinesa com a formulação de seis pontos dentre os quais alguns divergiam da proposta de Jiang Zemin. A principal divergência girou em torno da prerrogativa de existência de “uma China”. Os chineses ficaram desapontados com a resposta taiwanesa e apenas em 1998 a SEF e ARATS voltaram a se reunir. Os chineses mantiveram a posição de que as conversações, com vistas à reunificação, deveriam ser conduzidas sob a égide de “uma China”.

Em 1999, Lee, através de pronunciamento público, deixou claras suas intenções ao definir as relações através do estreito como sendo “entre dois Estados” e ao afirmar que não havia necessidade de Taiwan declarar sua independência, argumentando que sua independência já vigorava desde 1912. Diante desta postura, “traidor do milênio” foi o apelido elaborado pelo Partido Comunista Chinês para Lee. A tensão política ficou ainda mais latente quando a China, ao exigir o retorno à política de “uma China”, declarou que os chineses não haviam abandonado a idéia da utilização de força militar no caso da ilha decidir seguir o caminho independentista.

No ano 2000 é eleito em Taiwan, Chen Shui-bian, candidato do Partido Democrático Progressista. Tal partido havia sido formado em 1986 e sua plataforma de governo contemplava a independência de Taiwan. Seu governo seguiu uma política moderada com relação à China, tendendo a conservar o *status quo* (ROLDÁN, 2003).

A interpretação da China, dos Estados Unidos e de Taiwan quanto ao significado da preservação do quadro vigente (*status quo*) não convergia. Para resolver essa situação, em 2004, Chen, ao se reeleger, é pressionado a manifestar sua interpretação em seu discurso de posse do segundo mandato. Para a RPC⁸, “*sem dúvida, cabia a Chen reconhecer a existência de “uma China”. Para os eleitores de Chen, na ilha, a maior autoridade local não poderia renunciar ao discurso de que “Taiwan já é um país independente”, adotado na campanha que o reelegeru*” (PINTO, 2005, p 77). Em meio a este impasse político, a avaliação a ser feita pelos Estados Unidos tinha papel decisivo para a questão da segurança de Taiwan.

Atualmente o imbróglio político entre Taiwan e China ainda não está resolvido. Informações de que a China continua reivindicando a soberania de Taiwan, bem como continua expandindo seu poderio bélico, em pleno ano 2008, ainda são noticiadas na mídia:

⁸ República Popular da China.

No caso de Taiwan, as autoridades chinesas estão particularmente decididas a recuperar sua soberania, “se necessário com uso da força”. A China, por meio da rápida expansão do poderio de sua própria marinha e da redução, ainda que muito relativa, das diferenças em relação à US Navy, a marinha americana, planeja acompanhar psicologicamente a evolução “inelutável” que deve conduzir ao retorno pacífico de Taiwan à pátria-mãe. (ZAJEC, 2008, p. 24)

Não obstante os entraves políticos e ameaças chinesas à segurança de Taiwan, o relacionamento econômico entre os dois lados do estreito, a partir da abertura econômica chinesa, não só não deixou de acontecer, como também se mostrou vantajosa ao impulso industrial-desenvolvimentista da China:

Em 1990, Teng Hui Lee, um líder do KMT muito instruído nascido em Taiwan, foi eleito presidente. Ele comandou a democratização do país e visou afirmar sua existência autônoma na arena internacional, transformando o poder econômico e industrial de Taiwan em seu direito à existência. Um segmento significativo da oposição democrática avançou ainda mais, quando o principal partido de oposição, o Partido Democrático Progressista, criado em 1986, fez da independência de Taiwan seu maior objetivo. A China opôs-se veementemente às duas iniciativas e ameaçou reagir com ação militar se Taiwan levasse adiante o projeto de tornar-se um país independente. Os Estados Unidos voltaram a ajudar Taiwan, mas dentro de certos limites. Ou seja, Taiwan tinha de comportar-se e ficar no limbo político enquanto a China mantivesse uma atitude cooperativa vis-à-vis os EUA. Assim, na década de 90, Taiwan volta à estaca zero de sua história peculiar: tendo nascido da estratégia geopolítica dos EUA em relação à China, permanece, em termos gerais, sob a total dependência das relações entre esses países no futuro previsível. O problema é que nesse ínterim, há vinte milhões de pessoas vivendo em uma ilha que se tornou fonte de influência econômica global e cujos investimentos na China têm desempenhado papel significativo para o desenvolvimento do novo capitalismo do sul desse país. (CASTELLS, 1999, p. 344)

4 O DESENVOLVIMENTO DE TAIWAN SOB A ÉGIDE DO KUOMINTANG

Entre o período da devolução de Taiwan pelos japoneses à China em 1945 e o ano de chegada de Chiang Kaishek em 1949, nacionalistas ocuparam e disseminaram a desordem econômica e política pela ilha anteriormente modernizada pelos administradores japoneses:

Os chineses de Taiwan foram tratados como colaboradores dos inimigos; seus bens foram confiscados e a economia espoliada pelos militares e políticos nacionalistas visando ganhos ilícitos pessoais. Em fevereiro de 1947, quando manifestantes desarmados protestavam contra a corrupção ocorrida durante a ocupação nacionalista, o governo militar matou muitos deles, enviou outros para se integrarem ao reforço do continente e, em seguida, promoveu um massacre de cidadãos taiwaneses por vários dias. (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 313)

Em 1949, ao chegar em Taiwan, Chiang deparou-se com uma situação de colapso econômico e político. Esta situação foi totalmente revertida e atualmente fala-se em um bem sucedido modelo taiwanês de desenvolvimento (PINTO, 2005). Fairbank e Goldman (2008) valorizam a presença de refugiados sino-liberais vindos do continente que corroboraram para tal sucesso na medida em que foram imprescindíveis no esforço para limpar e revitalizar o partido e o governo nacionalista.

Durante o período da Guerra Fria, Taiwan beneficiou-se da proteção militar dos Estados Unidos frente à ameaça constante da República Popular da China, bem como da ajuda econômica para o desenvolvimento da ilha. O impulso para o desenvolvimento industrial foi dado na década de 1950, assessorado inicialmente pela Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid). Uma reforma agrária foi promovida com vistas à expropriação da aristocracia fundiária taiwanesa e geração de uma população de pequenos agricultores, que com a ajuda do Estado, resultou em um significativo aumento da produtividade agrícola (CASTELLS, 1999). A reforma agrária proporcionou uma base salutar para todas as mudanças econômicas subseqüentes. A agricultura constituiu a fonte inicial de recursos para a viabilização de investimentos no setor industrial, além de também deter grande parte da força de trabalho que mais tarde se transferiu para indústria (AMSDEN, 2008).

Outra política estratégica fundamental implementada com sucesso foi a estabilização econômica. Estima-se que em 1949 a inflação em Taiwan tenha alcançado 3.400%, como resultado da destruição do período de guerra, da espoliação de Taiwan pelos nacionalistas

antes de 1949 e do pesado encargo militar imposto sobre a ilha após 1949. O governo nacionalista, com a ajuda dos Estados Unidos, tratou de elevar as taxas de juros e impor um controle sobre o câmbio, as importações e a relação preço x custo (AMSDEN, 2008). Em 1950 a inflação atingiu 306%, 66% em 1951 e chegou a 8% em 1952 (SPENCE, 1996).

O plano de desenvolvimento econômico colocado em prática na década de 1950 tinha como foco a produção para substituição de importações. O governo estrategicamente enfatizou o desenvolvimento do setor elétrico, da produção de fertilizantes e o setor têxtil. A eletricidade foi priorizada dada sua importância para a formação de todas as outras indústrias, a produção de fertilizantes para atender a demanda agrícola interna e a produção têxtil para atender a necessidade diária da população. Em 1958, as exportações de têxteis superaram as importações e entre 1952 e 1960 a energia elétrica fornecida pela *Taiwan Electric Company* aumentou 2,56 vezes (RUBINSTEIN, 1999). Houve também investimento em infra-estrutura industrial e de comunicações e promoção da educação da força de trabalho. A tabela 4.1 faz um comparativo entre 1953 e 1962, demonstrando os resultados da política do governo Kuomintang neste período a respeito da força de trabalho empregada na agricultura e indústria, da produção agrícola e industrial e das exportações de produtos agrícolas e industriais.

Tabela 4.1 – Base econômica de Taiwan, 1953 e 1962

	1953	1962
Porcentagem de emprego		
Agricultura	61	55
Indústria	9	12
Porcentagem de produção bruta doméstica		
Agricultura	38	29
Indústria	18	26
Porcentagem de exportação		
Bens e produtos agrícolas	93	49
Produtos industriais	7	51

Fonte: Spence, 1996.

Para proteger a economia, o governo exercia controle sobre os bancos e sobre as licenças de importação, adotava taxas de câmbio múltiplas, promovia uma crescente supervalorização da taxa de câmbio, implementava tarifas protecionistas e restrições

quantitativas (AMSDEN, 2008). No final da década a demanda do mercado interno havia saturado, não sendo mais suficiente para estimular o crescimento econômico.

O Estado nacionalista, desta forma, sob orientação norte-americana, direcionou seus esforços para um programa de reestruturação econômica voltada para o mercado externo. Através do “Programa de Reforma Econômica e Financeira”, em 1960, o governo liberou os controles do comércio, incentivou ativamente as exportações e elaborou uma estratégia para atrair investimento estrangeiro (CASTELLS, 1999). Para promover o crescimento das exportações, o Estado barateou o crédito para os fabricantes de bens exportáveis e proporcionou apoio econômico especial numa série de zonas de processamento de exportação. A primeira zona foi criada em 1966. Em 1969 mais duas zonas foram criadas, nas quais tanto as firmas taiwanesas quanto estrangeiras ganhavam incentivos fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas caso estas firmas exportassem toda a produção final (SPENCE, 1996).

Empresas japonesas foram atraídas pelos baixos salários, mão-de-obra instruída, ausência de uma política ambiental e apoio governamental. Apesar de atrair empresas estrangeiras, no centro da estrutura industrial de Taiwan prevaleciam ainda as empresas nacionais. Estas empresas nativas caracterizavam-se por ser de pequeno e médio porte, edificadas com poupança familiar e redes cooperativas de poupança, e financiamento dos bancos públicos quando necessário. Grande parte dessas empresas tiveram sua origem nas áreas rurais próximas às regiões metropolitanas, onde as famílias se dividiam entre o trabalho agrícola e industrial. Castells (1999, p. 306) mostra que neste período o investimento externo não foi um fator importante para o crescimento econômico taiwanês:

O Estado taiwanês atraiu o investimento estrangeiro como um modo de obter capital e acesso aos mercados internacionais. Mas as empresas estrangeiras eram ligadas, por meio de sistemas de subcontratação, a uma ampla rede de pequenas empresas que formavam uma base significativa para a produção industrial. Na verdade, com exceção do setor eletrônico, o investimento estrangeiro direto não representou um componente importante da economia taiwanesa. Por exemplo, em 1981, o capital social direto das empresas estrangeiras em Taiwan era responsável por apenas 2% do PNB, o emprego nas empresas estrangeiras representava cerca de 4,8% do emprego total, sua produção cerca de 13,9% da produção total e suas exportações, apenas 25,6% do total dos bens exportados.

A economia taiwanesa orientada para o exterior não implicou seu controle por multinacionais, nem a formação de grandes conglomerados nacionais. Assim, a disseminação mundial do produto *Made in Taiwan* foi resultado de uma “*combinação flexível de redes descentralizadas de empresas familiares taiwanesas, atuando como subcontratadas para*

fabricantes estrangeiros localizados em Taiwan e como fornecedoras de redes comerciais internacionais, em geral conectadas por intermediários” (CASTELLS, 1999, p. 307). Esse sistema de produção flexível refere-se a uma estrutura industrial capaz de se adaptar às condições exigidas pela economia mundial em constante mudança, pois permite ajustes rápidos a novos produtos, novos processos e novos mercados. A flexibilidade da produção, ao viabilizar o aumento da produtividade e competitividade, constituiu um importante fator indutor do crescimento econômico taiwanês.

A conquista da competitividade pelas empresas taiwanesas através da flexibilidade, não pode, no entanto, ser destacada como único fator chave de sucesso da economia taiwanesa. Castells (1999, p. 307) explica que o Estado foi o “*principal agente na orientação e coordenação do processo de industrialização, na montagem da infra-estrutura, na conquista do capital estrangeiro e na escolha das prioridades para investimentos estratégicos*”.

O aumento da produtividade econômica foi possibilitado pelo grande rendimento da força de trabalho, resultante de uma combinação de baixos salários, educação, trabalho árduo e paz social. Além da repressão implacável do governo para manter o controle social dos trabalhadores, fatores como saúde pública e a formação de cooperativas habitacionais auxiliadas por bancos estatais foram importantes para dispersar e atenuar as reivindicações trabalhistas. Castells (1999) chama a atenção para a força de trabalho não qualificada feminina que contribuiu também para a garantia da paz social no processo de desenvolvimento industrial taiwanês.

A tabela abaixo mostra o crescimento do PIB taiwanês, em comparação com outros países, durante as duas décadas de desenvolvimento econômico promovido pelo Kuomintang. A primeira década caracterizada pela reforma agrária e pela industrialização orientada para a substituição de importação e a segunda década com ênfase no incentivo às exportações.

Tabela 4.2 – Taxa média de crescimento do PIB para Taiwan, outros países em desenvolvimento e países desenvolvidos (percentagem)

1950-1960	Taiwan	Ásia Oriental e Sudeste*	Países em desenvolvimento**	Países desenvolvidos***
PIB real a custo de fatores	7,4	4,0	4,6	3,7
PIB <i>per capita</i> a custo de fatores	3,8	1,8	2,4	2,4
1960-1971				
PIB real	10,1	4,7	5,3	5,0
PIB <i>per capita</i>	7,3	2,3	2,7	3,9

*Todos os países e territórios da Ásia oriental e Sudeste exceto o continente chinês, Mongólia e Coréia do Norte.

** Para 1950-1960 incluem todos os países da África (exceto África do Sul), Caribe e América Latina, Ásia oriental e do sudeste (exceto Japão) e o Oriente Médio (exceto Chipre, Israel e Turquia). Para 1960-1971 incluem os mesmos países de 1950-1960 mais Chipre e Turquia.

*** Países da Europa Ocidental, América do Norte e Oceania, junto com Israel, Japão e África do Sul.
Fonte: Amsden, 2008.

A partir da década de 1970, o Estado desenvolvimentista do Kuomintang passou a direcionar seus esforços em um processo de melhoria e modernização da indústria, dando prioridade à criação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento de indústrias pesadas. Quanto aos outros setores industriais, como por exemplo, o de vestuário e têxteis, a posição do governo foi a de orientá-los a melhorar a qualidade e o valor de seus produtos, com o objetivo de escapar das quotas de restrição de importação nos mercados internacionais (CATSELLS, 1999).

Em 1979, mesmo com a perda do reconhecimento diplomático americano, a economia taiwanesa não foi negativamente afetada, mas ao contrário, apresentou um bom desempenho. O PIB cresceu 20,2% atingindo um pico de 32 bilhões de dólares, o comércio exterior realizado com 120 diferentes países aumentou 31% e o investimento estrangeiro em Taiwan aumentou em mais de 50% de 1978 à 1979 (US\$ 213 milhões em 1978 e US\$ 329 milhões em 1979). No fim da década de 70, o principal problema para Taiwan, dada as crises do petróleo, era sua dependência da importação deste insumo. Este problema seria parcialmente resolvido através da expansão das instalações de energia nuclear (SPENCE, 1996).

Ainda em meados dos anos 70, o setor de alto teor tecnológico começou a ser incentivado (CASTELLS, 1999, p. 308):

Esse esforço incluiu o lançamento do computador pessoal, da indústria de periféricos para computadores e da microeletrônica taiwanesa, assim como a construção de uma dos parques tecnológicos mais bem-sucedidos da Ásia (...). Várias empresas taiwanesas tornaram-se importantes fornecedoras de grandes empresas do setor eletrônico, como a DEC e a IBM, enquanto outras ligaram-se a redes, iniciaram negócios próprios no Vale do Silício e em outros lugares dos EUA e prosperaram sozinhas.

Apesar da vantajosa flexibilidade produtiva, o ponto fraco das empresas familiares taiwanesas residia na inabilidade para realização de grandes transformações estratégicas, tais como, investimento em P&D, conhecimento dos mercados externos, modernização tecnológica em grande escala ou produção no exterior (CASTELLS, 1999). Coube ao Estado desenvolvimentista proporcionar esse apoio estratégico decisivo para o progresso das redes taiwanesas na economia global. Além disso, reconhecendo a necessidade de se buscar

conhecimento em outros países mais avançados, o governo criou programas para incentivar estudantes a irem fazer pós-graduação no exterior, política esta considerada de grande importância para que Taiwan conseguisse êxito nessa etapa de desenvolvimento dependente de C&T e P&D (ROWEN, 1998).

Tabela 4.3 – Porcentagem das receitas de negócios despendidas com P&D

Indústria	1982	1992
Total da indústria transformadora	0,56	0,95
Têxtil	0,21	0,4
Produtos químicos e materiais	0,38	1,08
Produtos plásticos	1,53	1,24
Maquinário e equipamento	2,08	0,60
Elétrica e eletrônica	1,14	2,05
Instrumentos de precisão	0,5	1,27

Fonte: Rowen, 1998.

Em meados da década de 1980, Taiwan já se configurava como uma economia madura, diversificada, com sólida base nos mercados mundiais, e ainda, com as maiores reservas monetárias do mundo. Em 1988, o Produto Interno Bruto da ilha perfazia cerca de US\$ 95 bilhões e o PIB *per capita*, dez vezes maior do que o da China, era de cerca de US\$ 4,8 mil. “As empresas taiwanesas sentiam-se fortes o suficiente para enfrentar a China, investindo por meio de Hong Kong e tornando-se participantes fundamentais do milagre econômico chinês” (CASTELLS, 1999, p 308). Logo, incentivadas pelo aumento dos salários e da crescente organização dos trabalhadores taiwaneses, as grandes empresas de Taiwan começaram a estabelecer unidades produtivas na China e no Sudeste Asiático.

As tabelas 4.4 e 4.5 apresentam a evolução dos indicadores econômicos de Taiwan desde o início do governo Kuomintang até os dias atuais. Na primeira tabela, cabe destacar a trajetória crescente, tanto do PIB quanto do PIB *per capita* ao longo de todo o período, mesmo na década de 70, quando da deflagração das crises mundiais do petróleo, e em fins dos anos 90, na ocasião da Crise Asiática. Destaca-se também os níveis de poupança elevados, que durante o período atuaram como fator indutor do crescimento econômico taiwanês.

Tabela 4.4 – Indicadores da Economia de Taiwan

Período	PNB	PIB			Variação de preços (%)			Poupança Nacional Bruta	
	PNB em US\$ milhão a preços correntes	PIB em US\$ milhão a preços correntes	PIB per capita		Deflator do PNB	Índice de preços ao consumi- dor	Índice de preços por atacado	Montante (NT\$ bilhão)	Como percentual do PIB (%)
			NT\$	US\$					
1952	1,682	1,681	2,027	197	24.9	-	-	2.6	15.3
1955	1,941	1,941	3,183	205	10.1	-	14.5	4.4	14.5
1960	1,736	1,736	5,660	156	13.4	18.5	14.2	11.2	17.7
1965	2,843	2,838	8,781	220	-0.5	-0.1	-4.6	23.4	20.6
1970	5,739	5,729	15,733	393	3.4	3.6	2.7	58.2	25.4
1975	15,747	15,659	37,188	979	2.3	5.2	-5.1	157.8	26.5
1980	42,285	42,227	86,167	2,394	16.3	19.0	21.5	482.7	31.8
1981	49,288	49,025	100,369	2,728	12.1	16.3	7.6	555.3	30.8
1982	49,606	49,588	106,022	2,710	3.4	3.0	-0.2	573.9	29.6
1983	53,479	53,561	115,382	2,880	1.9	1.4	-1.2	679.9	31.7
1984	60,384	61,025	128,109	3,233	0.9	-0.04	0.5	805.5	33.3
1985	63,409	64,444	134,236	3,368	0.6	-0.2	-2.6	850.4	33.1
1986	76,929	78,794	154,072	4,071	3.3	0.7	-3.4	1,133.4	38.0
1987	103,520	105,590	172,008	5,397	0.6	0.5	-3.3	1,281.9	38.1
1988	125,789	128,877	186,334	6,513	1.0	1.3	-1.6	1,258.7	34.1
1989	152,724	156,148	206,131	7,805	3.3	4.4	-0.4	1,269.9	30.8
1990	164,513	168,416	223,860	8,325	3.8	4.1	-0.6	1,315.4	29.1
1991	184,267	188,633	247,330	9,222	3.8	3.6	0.2	1,473.6	29.1
1992	218,712	223,516	272,271	10,822	3.3	4.5	-3.7	1,611.8	28.7
1993	230,926	235,239	297,768	11,283	3.6	2.9	2.5	1,769.9	28.5
1994	252,227	256,287	322,386	12,184	2.0	4.1	2.2	1,856.7	27.4
1995	273,792	277,990	347,111	13,103	2.1	3.7	7.4	1,978.1	26.9
1996	289,315	293,303	376,574	13,714	3.1	3.1	-1.0	2,134.9	26.5
1997	300,005	303,127	403,188	14,048	1.7	0.9	-0.5	2,275.3	26.2
1998	276,105	278,154	427,377	12,773	2.6	1.7	0.6	2,418.7	26.0
1999	298,757	301,562	443,294	13,737	-1.3	0.2	-4.6	2,537.2	26.1
2000	321,230	325,698	459,729	14,721	-1.6	1.3	1.8	2,611.4	25.7
2001	291,694	297,374	451,308	13,348	0.5	-0.01	-1.3	2,428.1	24.2
2002	297,668	304,680	470,426	13,604	-0.3	-0.2	0.05	2,734.2	26.0
2003	305,624	315,179	482,284	14,012	-1.3	-0.3	2.5	2,942.5	27.1
2004	331,007	342,137	506,650	15,156	-0.9	1.6	7.0	3,125.6	27.3
2005	355,958	364,997	518,511	16,113	-0.6	2.3	0.6	3,087.5	26.3
2006	365,503	375,085	536,566	16,494	-1.0	0.6	5.6	3,387.3	27.8
2007	383,343	393,846	566,566	17,252	0.2	1.8	6.5	3,835.4	29.7

Fonte: Taiwan Statistical Data Book 2008.

A análise da tabela 4.5 permite a percepção dos resultados alcançados pelas políticas implementadas pelo governo taiwanês no período: o desenvolvimento industrial almejado fora alcançado, em detrimento da redução da produção agrícola. É importante notar o superávit comercial taiwanês em quase todo o período, tendo intensificado no final da década de 1980 em decorrência da abertura econômica da China Continental.

Tabela 4.5 – Indicadores da economia de Taiwan (continuação)

Período	Formação de capital interno bruto		Estrutura da produção (% do PNB por setor)					Comércio de mercadorias em US\$ milhão (estatísticas aduaneiras)		
	Montante (NT\$ bilhão)	Como percentual do PIB (%)	Total	Agricultura	Indústria	Manufaturas	Serviços	Exportações a preços FOB	Importações a preços CIF	Saldo da balança comercial
1952	2.6	15.3	100.0	32.1	19.5	12.8	48.4	116	187	-71
1955	4.0	13.3	100.0	28.9	22.9	15.4	48.3	123	201	-78
1960	12.7	20.1	100.0	28.2	26.4	18.8	45.4	164	297	-133
1965	25.7	22.6	100.0	23.4	29.7	21.9	46.9	450	556	-106
1970	58.1	25.4	100.0	15.3	36.0	28.5	48.8	1,481	1,524	-43
1975	180.2	30.3	100.0	12.5	38.6	29.9	48.9	5,309	5,952	-643
1980	505.9	33.3	100.0	7.5	43.5	34.3	49.0	19,811	19,733	78
1981	532.1	29.5	100.0	7.1	42.9	33.7	50.0	22,611	21,200	1,412
1982	482.1	24.9	100.0	7.5	41.8	33.3	50.6	22,204	18,888	3,316
1983	496.9	23.2	100.0	7.1	42.8	34.3	50.1	25,123	20,287	4,836
1984	524.4	21.7	100.0	6.2	43.8	35.7	50.0	30,456	21,959	8,497
1985	477.6	18.6	100.0	5.6	43.8	35.7	50.6	30,726	20,102	10,624
1986	508.9	17.1	100.0	5.4	44.8	37.6	49.8	39,862	24,181	15,680
1987	676.7	20.1	100.0	5.2	44.5	37.2	50.3	53,679	34,983	18,695
1988	847.5	23.0	100.0	4.9	42.3	35.2	52.8	60,667	49,673	10,995
1989	940.2	22.8	100.0	4.8	39.6	32.5	55.7	66,304	52,265	14,039
1990	1,015.6	22.4	100.0	4.0	38.4	31.2	57.6	67,214	54,716	12,498
1991	1,145.2	22.6	100.0	3.7	38.0	31.1	58.3	76,563	63,142	13,421
1992	1,391.6	24.8	100.0	3.5	36.9	29.5	59.7	82,122	72,353	9,770
1993	1,581.9	25.5	100.0	3.5	35.9	28.1	60.6	85,957	77,393	8,564
1994	1,682.3	24.8	100.0	3.4	34.2	26.5	62.4	94,300	85,698	8,603
1995	1,827.8	24.8	100.0	3.3	32.8	25.3	63.9	113,342	104,012	9,331
1996	1,834.5	22.8	100.0	3.1	32.4	25.5	64.5	117,581	102,922	14,659
1997	2,072.5	23.8	100.0	2.4	31.9	25.2	65.7	124,170	114,955	9,215
1998	2,305.5	24.8	100.0	2.4	31.2	24.8	66.4	112,595	105,230	7,366
1999	2,279.2	23.4	100.0	2.4	29.9	24.0	67.7	123,733	111,196	12,537
2000	2,333.6	22.9	100.0	2.0	29.1	23.8	68.9	151,950	140,732	11,218
2001	1,811.1	18.0	100.0	1.9	27.6	22.7	70.5	126,314	107,971	18,344
2002	1,848.5	17.5	100.0	1.7	28.3	23.7	70.0	135,317	113,245	22,072
2003	1,935.8	17.8	100.0	1.7	28.0	23.7	70.4	150,600	128,010	22,590
2004	2,507.0	21.9	100.0	1.6	27.6	23.7	70.8	182,370	168,758	13,613
2005	2,449.3	20.9	100.0	1.7	27.1	23.2	71.3	198,432	182,614	15,817
2006	2,529.2	20.7	100.0	1.6	26.8	22.9	71.5	224,017	202,698	21,319
2007	2,657.6	20.6	100.0	1.4	27.5	23.8	71.0	246,677	219,252	27,425

Fonte: Taiwan Statistical Data Book 2008.

5 O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO TAIWANÊS NA CHINA CONTINENTAL

A China é vista atualmente como um império milenar que ressurgiu das cinzas e que, em apenas alguns anos, logrou o título de “superpotência econômica”. Dados de 2007 (WASHINGTON, 2008) demonstram que sua taxa de crescimento real do PIB atingiu 11,90%, embora o PIB per capita tenha ficado abaixo da média mundial, em uma economia que engloba uma força de trabalho de 800,7 milhões de pessoas, a maior do mundo. A participação do setor agrícola no PIB foi de 11,3% e empregou 43% da força de trabalho; o setor de serviços correspondeu a 40,1% empregando 32% da força de trabalho, e a indústria representou 48,6% do PIB total ocupando 25% da força de trabalho. A taxa de crescimento da produção industrial foi de 13,4%. Quanto ao PNB sob o critério da paridade de poder de compra (Figura 5.1), a China aparece em terceiro lugar no ranking mundial. No mesmo ano o influxo de Investimento Externo Direto superou o ano de 2006 em US\$ 75 bilhões. Até o final de 2007, mais de cinco mil empresas chinesas haviam realizado investimento externo direto em 172 países e regiões do mundo. Mostra-se relevante também as reservas monetárias estrangeiras e de ouro da China (Figura 5.2).

Figura 5.1 – Ranking dos 10 maiores PNBs por paridade de poder de compra

Rank	País	PNB (paridade de poder de compra)	Data da informação
1	Mundo	\$ 65,610,000,000,000	2007 est.
2	União Européia	\$ 14,430,000,000,000	2007 est.
3	Estados Unidos	\$ 13,780,000,000,000	2007 est.
4	China	\$ 7,099,000,000,000	2007 est.
5	Japão	\$ 4,272,000,000,000	2007 est.
6	Índia	\$ 2,966,000,000,000	2007 est.
7	Alemanha	\$ 2,807,000,000,000	2007 est.
8	Reino Unido	\$ 2,130,000,000,000	2007 est.
9	Rússia	\$ 2,097,000,000,000	2007 est.
10	França	\$ 2,075,000,000,000	2007 est.
11	Brasil	\$ 1,849,000,000,000	2007 est.

Fonte: *cia.gov*

Figura 5.2 – Os 10 países com as maiores reservas de moeda estrangeira e ouro

Rank	País	Reservas de moeda estrangeira e ouro	Data da informação
1	<u>China</u>	\$ 1,534,000,000,000	31 December 2007 est.
2	<u>Japão</u>	\$ 954,100,000,000	31 December 2007 est.
3	<u>Rússia</u>	\$ 476,400,000,000	31 December 2007 est.
4	<u>Índia</u>	\$ 275,000,000,000	31 December 2007 est.
5	<u>Taiwan</u>	\$ 275,000,000,000	31 December 2007
6	<u>Coréia do Sul</u>	\$ 262,200,000,000	31 December 2007
7	<u>Brasil</u>	\$ 180,300,000,000	31 December 2007
8	<u>Cingapura</u>	\$ 163,000,000,000	31 December 2007 est.
9	<u>Hong Kong</u>	\$ 152,700,000,000	31 December 2007 est.
10	<u>Alemanha</u>	\$ 136,200,000,000	31 December 2007 est.

Fonte: *cia.gov*

A política chinesa de Portas Abertas é considerada o marco inicial desta recém expansão econômica: ao longo das décadas de 1980 e 1990 a China tem emergido entre os países em desenvolvimento como o maior beneficiário de Investimento Externo Direto, e o segundo do mundo, atrás dos Estados Unidos (HOU, 2008). Diante deste expressivo crescimento econômico alcançado em tão curto período, a busca das causas/fatores internos e externos de tal feito torna-se imperativo. Autores como Arrighi e Escobar parecem concordar que os responsáveis pelo “milagre chinês” foram (são) os chineses de ultra-mar:

Os agentes secretos da Renascença não foram as centenas de milhões de habitantes da Mãe-Terra, mas uma verdadeira via láctea de refugiados: os *hua qiao* – a diáspora chinesa espalhada pelo mundo, também conhecida como *overseas* chineses, China Invisível, Grande China Inc., Filhos do Imperador Amarelo, Senhores do Anel (do Pacífico), mandarins mercadores ou, simplesmente, os Judeus da Ásia. (...) A maior *business school* do planeta é a China contemporânea. E os professores são todos da Internet de bambu⁹. (ESCOBAR, 1997, p. 225)

⁹ Escobar (1997, p.225) chama a diáspora chinesa de Internet de bambu: “Por que Internet? Porque através de laços de família, clã e dialeto, a diáspora criou uma verdadeira nação sem fronteira,

Se o principal atrativo da República Popular da China para o capital estrangeiro tem sido as suas reservas enormes e extremamente competitivas de força de trabalho, o “casamenteiro” que facilitou o encontro do capital estrangeiro com a força de trabalho chinesa foi a diáspora capitalista dos chineses de além mar.

Atraídos pela reserva de mão-de-obra qualificada e barata e pelo seu potencial crescente como mercado que contém um quinto da população mundial, os investidores estrangeiros continuaram a despejar dinheiro da República Popular da China. Cerca de 80% desse capital provêm da comunidade chinesa de além mar, formada por refugiados da pobreza, da desordem e do comunismo, que em uma das ironias mais picantes de nossa era são hoje os financistas e os modelos de modernização favoritos de Beijing. (ARRIGHI, 1996, p. 11)

O “casamenteiro” que facilitou o encontro entre o capital estrangeiro, as empresas chinesas fornecedoras de mão-de-obra e as autoridades do governo foi o capital da diáspora chinesa. (ARRIGHI, 2008, p. 357)

Os investimentos externos taiwaneses têm contribuído significativamente para o *boom* chinês. Dados estatísticos mostram que Taiwan é o segundo maior investidor na China, mas existe a suspeita de que na verdade Taiwan pode ser o maior investidor, visto que seu capital exportado passa primeiramente por Hong Kong como forma de desvio: “*Três quartos do dinheiro de Hong Kong saem de Taiwan*” (ESCOBAR, 1997, p. 237).

O primeiro passo chinês para a instituição de uma política de atração de Investimento Externo Direto foi a adoção em 1979 da “*Law of the People’s Republic of China on Joint Ventures Using Chinese and Foreign investment*” ou “*Law of Sino-Foreign Joint Ventures*”, um estatuto jurídico da China que regulamentaria o investimento externo. No ano seguinte foi criada a política das Zonas Econômicas Especiais no intuito de atrair investimento estrangeiro e tecnologia avançada e oferecendo vantagens como a mão-de-obra barata, isenção tributária e disciplina social (CASTELLS, 1999). Quatro áreas foram estrategicamente escolhidas levando-se em consideração a proximidade das fontes de capital estrangeiro e a facilidade de acesso: Zhuhai (situada ao lado de Macau), Shenzhen (acima da fronteira de Hong Kong), Shantou e Xiamen (localizadas de frente para Taiwan). Em 1986 a China criou a chamada 22 proposições para o fomento das relações exteriores. No mesmo ano solicitou formalmente a adesão ao GATT, atual OMC (HOU, 2008). Apesar do esforço chinês, as empresas multinacionais (ocidentais) não tinham interesse em investir na China, pois “*com todas as suas incertezas políticas e pouca infra-estrutura, à procura de mão-de-obra barata ou isenção de impostos, (...) poderiam obter condições similares em uma ampla gama de países*

trançada de redes de business, (...), e empregando um modelo de organização que prefigurou a invenção americana – via Departamento de Defesa – da Internet.”

em desenvolvimento com situações políticas muito mais favoráveis” (CASTELLS, 1999, p. 354). O interesse destas multinacionais era adentrar o mercado chinês, ter acesso não apenas às Zonas Econômicas Especiais e ter liberdade para formar suas redes de fornecedores e distribuidores. As exigências destas empresas, no entanto, contrariavam os interesses chineses de proteger suas empresas estatais e de obter um aprendizado tecnológico. Por isso, pelo menos até meados da década de 90, os investimentos ocidentais e japoneses não constituíram as principais conexões entre a China e a economia Global. Na realidade, entre 1979 e 1992, do total de US\$ 116,4 bilhões de investimentos prometidos na China, 71,7% foram provenientes de Taiwan e Hong Kong, e apenas 7% e 5,8% originaram-se dos Estados Unidos e Japão, respectivamente. Castells (1999, p. 356-357) explica que a forte adesão de Taiwan e Hong Kong à política de abertura econômica chinesa resultou da percepção das vantagens da transferência de unidades de produção, em termos de custos e de competitividade, e da identidade/afinidade cultural e dos laços familiares:

A conexão étnica da integração global chinesa é, sem dúvida, uma história extraordinária, repleta de conseqüências práticas e teóricas. (...) Essas redes étnicas de empresas são fundamentais para o desenvolvimento chinês contemporâneo, mas elas surgiram na China aproveitando-se da política de portas abertas. O investimento na China era arriscado, mas podia render lucros altíssimos em um mercado grandemente inexplorado, com custos de mão-de-obra desprezíveis, sob a condição de se saber conduzir operações em ambiente complexo. Os investidores chineses de Hong Kong e Taiwan utilizaram-se da abertura para descentralizar sua produção (...) quando os custos mais elevados de produção caseira e a redução de suas cotas de exportação ameaçavam sua posição competitiva. Para minimizar os riscos, eles usavam suas redes *guanxi* (de relações), principalmente à procura de pessoas do mesmo lugar de origem (*tong-xiang*), seus parentes ou amigos, ou conhecidos do grupo dialetal.

Após o estabelecimento e disseminação das redes de investimentos taiwanesas e honconguesas o capital começou a fluir de todas as partes do globo, mas ainda prevalecia os investimentos das comunidades chinesas do exterior, a incluir: Cingapura, Bancoc, Penang, Kuala Lumpur, Jacarta, Califórnia, Nova York, Canadá e Austrália.

Em 1992, a China apresentou uma mudança de política e iniciou a abertura gradual de determinados setores de seu mercado interno para empresas multinacionais, como, por exemplo, o setor de telecomunicações, de transportes e bancário. Tal reorientação política decorreu do fato da China ter atingido um grau de maturidade e de segurança em 1992, dado o período de aprendizado iniciado em 1979. Em 1992 o PIB real chinês era cinco vezes maior que em 1979 e no período 1992-1997 a taxa de crescimento anual do PIB foi de 11%.

Neste mesmo período, Taiwan avançou significativamente tanto em termos econômicos quanto politicamente. Utilizando a teoria de Desenvolvimento Econômico de

Rostow, Taiwan havia iniciado sua etapa de decolagem. Hou (2008), identifica três fatores macroeconômicos importantes para o *boom* dos investimentos diretos taiwaneses: 1) a moeda fortemente apreciada de Taiwan em fins dos anos 80; 2) o aumento do nível dos salários e, ao mesmo tempo, a escassez de mão-de-obra; e 3) a liberalização da saída de IED por parte do governo a partir de 1987. Durante o período de 1980-1991 o IED taiwanês cresceu a uma taxa anual de 42%, sendo que o surto inicial do investimento externo direto de Taiwan iniciou em 1987 em decorrência da apreciação de cerca de 20% do dólar taiwanês. Ainda no início da década de 1980, o IED de Taiwan foi distribuído em proporção igual entre os países em desenvolvimento do Sul do leste asiático e os Estado Unidos. Só mais tarde, com a abertura econômica chinesa o capital taiwanês começou a fluir para o continente. A tabela 5.1 mostra a distribuição dos investimentos diretos taiwaneses entre 1952 e 1998. Os investimentos direcionados ao Japão (0,57%) e aos Estados Unidos (12,95%) foram movidos principalmente em busca de acesso aos mercados destes países. Os demais investimentos de Taiwan, como na China (41,57%) foram estimulados pelo acesso ao mercado interno, pelos baixos salários e pelas matérias-primas baratas.

Tabela 5.1 – Distribuição do IED aprovado de Taiwan (1952-1998)

País	Número de projetos de Investimento	Montante em US\$ milhões	Percentual do Total
China Continental	21.646	13.243	41,57
Estados Unidos	1.683	4.123	12,95
Malásia	229	1.388	4,36
Hong Kong	477	974	3,06
Tailândia	258	881	2,77
Cingapura	257	847	2,66
Vietnã	171	709	2,23
Filipinas	130	533	1,67
Indonésia	160	529	1,66
Reino Unido	78	327	1,03
Japão	172	181	0,57
América Central	523	5.583	17,53
Outros	1.129	2.534	7,95
Total	26.913	31.852	100,00

Fonte: Hou, 2008.

A maior parte do IED de Taiwan foram realizados por suas pequenas e médias empresas. Muitas fábricas foram instaladas na China e sudeste da Ásia, sendo que a maioria tinha como característica o pequeno e médio porte e mão-de-obra intensiva.

Os investimentos realizados pelas grandes empresas caracterizam-se pelos produtos diferenciados, capacidades tecnológicas avançadas e pelas extensas redes de vendas. No caso destes investimentos, os direcionados à China e sudeste da Ásia foram realizados em busca das vantagens trabalhistas e dos recursos naturais, e os investimentos nos Estados Unidos tiveram como objetivo o estabelecimento de posições de mercado, a promoção da marca dos produtos e o acesso às tecnologias avançadas.

A partir de 1987, com a apreciação do dólar taiwanês em relação ao dólar americano, os investimentos externos taiwaneses cresceram significativamente. Antes deste ano, o montante acumulado de investimento de Taiwan foi de apenas US\$ 20 milhões, só no ano de 1987 os investimentos totalizaram US\$ 100 milhões, atingindo US\$ 420 milhões no ano seguinte.

Dos investimentos taiwaneses na China Continental, no período de 1991 à 1998, mais de 45% foram destinados principalmente às indústrias de eletroeletrônicos, de alimentos e bebidas processados, de metais e de produtos plásticos (tabela 5.2).

Tabela 5.2 – Distribuição industrial os Investimentos taiwaneses na China (1991-1998)

Indústria	Número de projetos de Investimento	Montante em US\$ milhares	Percentual do Total
Aparelhos elétricos e eletrônicos	3.078	2.793.819	21,10
Alimentos e bebidas processados	2.180	1.178.391	8,90
Metais (bruto e produtos)	1.848	1.134.556	8,57
Produtos plásticos	1.999	1.056.349	7,98
Química	1.411	862.703	6,51
Minerais não-metálicos	1.137	832.704	6,29
Têxtil	983	753.067	5,69
Instrumentos de precisão	2.137	743.869	5,62
Equipamento de transporte	664	638.815	4,82
Artigos de borracha	472	461.251	3,48
Outros	5.737	2.787.134	21,05
Total	21.646	13.242.658	100,00

Fonte: Hou, 2008.

Pode-se observar atualmente uma divisão internacional do trabalho, em que Taiwan mantém o foco do crescimento econômico com base no incentivo aos setores de alto valor agregado na ilha e no deslocamento das indústrias de baixo valor agregado para a China. Taiwan, por exemplo, transferiu sua indústria têxtil para a China e dedicou-se à produção de semicondutores, atingindo a posição de maior produtor global deste produto.

A Tabela 5.3 apresenta um panorama da distribuição regional dos investimentos de Taiwan no interior da China durante os anos entre 1987 e 1998. Pode se observar que em todo o período os investimentos se concentraram nas zonas costeiras da China Continental (Guangdong, Jiangsu, Fujian, Hebei, Zhejiang, Shandong e Liaoning).

Tabela 5.3 – Distribuição regional dos Investimentos Diretos de Taiwan na China Continental 1987-1998 (Montante em US\$ milhões)

Províncias chinesas	1987-98		1987-90		1991-94		1995-98	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
Guangdong	4.310	33,41	328	43,50	1.464	32,17	2.518	33,16
Jiangsu	4.053	31,42	25	3,32	1.284	28,21	2.744	36,13
Fujian	1.498	11,61	179	23,74	656	14,41	663	8,73
Hebei	780	6,05	4	0,53	281	6,17	495	6,52
Zhejiang	572	4,43	15	1,99	205	4,52	352	4,64
Shandong	363	2,82	18	2,39	124	2,72	221	2,91
Liaoning	191	1,48	10	1,33	102	2,24	79	1,04
Sichuan	182	1,41	2	0,27	94	2,07	86	1,13
Hubei	156	1,21	5	0,66	66	1,45	85	1,12
Hunan	116	0,90	2	0,27	61	1,34	53	0,70
Outros	678	5,26	166	22,00	214	4,70	298	3,92
Total	12.899	100,00	754	100,00	4.551	100,00	7.594	100,00

Fonte: Hou, 2008.

Conforme já mencionado anteriormente, as afinidades culturais e lingüísticas entre Taiwan e a China tornou muito mais fáceis os investimentos taiwaneses atravessarem o estreito ao invés de seguir para outros países industrializados. Além destas afinidades, outros motivos são apontados para explicar as relações entre os dois lados do estreito (Tabela 5.4). Hou (2008) explica que existem cinco principais motivos para se compreender o Investimento Externo Direto aplicáveis a todos os investidores: 1) a busca por mercado; 2) orientação para exportação; 3) busca de recursos; 4) busca de avanço tecnológico; e 5) busca de aumento de

eficiência. No caso de Taiwan, os três primeiros representam maior importância (HOU, 2008).

O IED motivado pela exportação constitui a característica mais forte dos investidores taiwaneses. A principal motivação por trás disso diz respeito aos baixos custos trabalhistas da China, levando-se em consideração o aumento dos custos da produção doméstica taiwanesa. A China, entretanto, oferece mais que mão-de-obra barata. Força de trabalho disciplinada e alfabetizada, alta produtividade, infra-estrutura que facilita e reduz os custos de importação e exportação, burocracia mínima e incentivos fiscais são outras características importantes atrativas de investimento taiwanês (FUNG; ZHANG, 2002).

Tabela 5.4 – Motivos chaves do Investimento Direto taiwanês na China Continental

Motivações	Fábricas Eletroeletrônicas	Fábricas Têxteis	Indústria Alimentícia
(1) Oferta abundante de mão-de-obra barata	95,12	100,00	100,00
(2) Afinidades culturais e lingüísticas	95,12	88,23	87,10
(3) Terrenos de baixo custo	73,17	76,47	80,65
(4) Mercado doméstico	46,34	70,58	67,74
(5) Expansão da capacidade de produção	34,15	44,11	25,81
(6) Utilização de equipamento excedente	26,83	41,17	16,13
(7) Difusão do risco	34,15	23,52	29,03
(8) Acesso a matérias primas	19,51	17,64	38,71
(9) Benefícios fiscais	41,36	14,71	25,81
(10) Quota para Nação favorecida	21,95	11,76	6,45
(11) Baixo custo de pesquisa	9,76	5,88	6,45
(12) Outros	2,44	2,94	16,13

Obs.: Os números representam a porcentagem do total das empresas que escolheram o determinado item.

Fonte: Hou, 2008.

Em 1999, as empresas estrangeiras instaladas na China, em sua maioria provenientes de Hong Kong e Taiwan, exportaram US\$ 88,6 bilhões, valor correspondente a 45,5% do total das exportações chinesas naquele ano. A tabela 5.5 apresenta dados do comércio no estreito de Taiwan a partir de 1987 até 2007. Pode-se destacar o grande e crescente excedente comercial de Taiwan ao longo deste período como resultado do estabelecimento de fábricas de montagem taiwanesas na China. A maioria das exportações das empresas taiwanesas localizadas na China consistem em produtos intermediários utilizados nas etapas finais de montagem dos produtos. Grande parte dos produtos finais é reexportada para outros países, principalmente os Estados Unidos .

Seguindo a evolução da política chinesa a respeito de IED, Hou (2008) propõe que o período de 1987 à 1994 seja analisado de forma segmentada, em que a primeira fase abrangeria o período 1987-1990, a segunda de 1991 à 1994 e a terceira de 1995 à 1998. A primeira fase reflete os efeitos das 22 proposições de 1986. A segunda fase é considerada uma etapa de transição entre as duas políticas chinesas de IED. O terceiro período capta a segunda geração dos investimentos taiwaneses na China, caracterizados pelo maior teor tecnológico e maior capital intensivo.

Tabela 5.5 – Comércio no Estreito de Taiwan (1987-2007)

Período	Comércio no estreito de Taiwan					Aprovado/Relatado Investimento Indireto na China Continental	
	Exportações para China Continental		Importações da China Continental		Saldo da balança comercial	Número de projetos de investimentos	Montante (US\$ milhão)
	Montante (US\$ milhão)	Variação % em relação ao ano anterior	Montante (US\$ milhão)	Variação % em relação ao ano anterior			
1987	1,226.5	51.2	288.9	100.4	937.6	-	-
1988	2,224.2	81.4	478.7	65.7	1,745.5	-	-
1989	3,244.8	45.9	586.9	22.6	2,657.9	-	-
1990	4,171.3	28.6	765.4	30.4	3,405.9	-	-
1991	6,928.3	66.1	1,125.9	47.1	5,802.4	237	174.2
1992	9,696.8	40.0	1,119.0	-0.6	8,577.8	264	247.0
1993	12,727.8	31.3	1,015.5	35.9	11,712.3	9,329	3,168.4
1994	14,653.0	15.1	1,858.7	68.4	12,794.3	934	962.2
1995	17,898.2	22.2	3,091.4	66.3	14,806.8	490	1,092.7
1996	19,148.3	7.0	3,059.8	-1.0	16,088.5	383	1,229.2
1997	20,518.0	7.2	3,915.3	28.0	16,602.7	8,725	4,334.3
1998	18,380.1	-10.4	4,110.5	5.0	14,269.6	1,284	2,034.6
1999	21,221.3	15.5	4,526.3	10.1	16,695.0	488	1,252.8
2000	26,144.2	23.2	6,223.3	37.5	19,920.8	840	2,607.1
2001	24,061.3	-8.0	5,902.0	-5.2	18,159.3	1,186	2,784.1
2002	29,465.0	22.5	7,947.4	34.7	21,498.8	5,440	6,723.1
2003	35,357.7	20.0	10,962.0	37.9	24,395.8	10,105	7,698.8
2004	48,930.4	38.4	16,792.3	53.2	32,138.1	2,004	6,940.7
2005	56,271.5	15.0	20,093.7	19.7	36,177.8	1,297	6,007.0
2006	63,332.4	12.5	24,783.1	23.3	38,549.3	1,090	7,642.3
2007	74,279.1	17.3	28,019.2	13.1	46,259.9	996	9,970.5

Fonte: Taiwan Statistical Data Book 2008.

A tabela 5.6 demonstra os determinantes dos Investimentos taiwaneses na China de acordo com o período em que predominou as diferentes políticas de IED adotadas pela China. Os dados revelam que os investidores taiwaneses preferem investir nas províncias com infraestrutura desenvolvida, atividades industriais básicas, grande oferta de mão-de-obra qualificada e mercado em constante crescimento (HOU, 2008).

Tabela 5.6 – Determinantes dos Investimentos Externos de Taiwan

Determinantes	1987-1990	1991-1994	1995-1998
Custo da força de trabalho	Significante	Não significativa	Não significativa
Dimensão do mercado	Não significativa	Significante	Significante
Transporte	Significante	Significante	Significante
Educação	Não significativa	Significante	Significante
P&D	Não significativa	Não significativa	Não significativa
Incentivos ao IED	Significante	Significante	Significante
Relações culturais	Significante	Significante	Significante

Fonte *Fonte: Hou, 2008.*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a desorganização do sistema sinocêntrico intra-asiático, as nações imperialistas ocidentais lograram êxito na dominação econômica e geopolítica e galgaram posições “hegemônicas” no sistema mundial. As relações intra-asiáticas, no entanto, não foram extintas. Elas continuaram a existir informalmente, constituindo um dos fatores que proporcionaram o ressurgimento da China no cenário mundial e, concomitantemente, o surgimento de outras economias asiáticas também fortemente estruturadas. Escobar (1997, p. 59) associa estas economias a uma revoada de gansos:

O ganso primordial é o Japão, que puxou os gansos Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul, que puxaram os gansos Malásia, Tailândia e Indonésia, que puxaram o ganso Vietnã, que puxou os gansos Camboja, Laos e Burma. Todos a princípio, voavam em formação, naturalmente à sombra de um ganso descomunal – a China – que uniu-se ao grupo na mesma época de Malásia e Tailândia. (...) o barulho da revoada é ensurdecedor.

Característica essencial e comum a estas economias, foi a presença de um Estado desenvolvimentista comprometido não apenas com a sobrevivência de suas nações, mas também com o desenvolvimento econômico.

O renascimento chinês, neste contexto, foi possibilitado pelo apoio financeiro da diáspora chinesa, visto que inicialmente os investidores ocidentais tinham a percepção de que os riscos pesavam mais que os benefícios. Assim, foram os investimentos taiwaneses que ganharam destaque.

Em 1986 a China realizou sua abertura econômica e logo em 1987 os investimentos taiwaneses começaram a fluir para o continente. Neste período a economia de Taiwan encontrava-se em um alto grau de industrialização, fruto das políticas implementadas pelo Kuomintang desde sua chegada na ilha em 1949. O governo elaborou um projeto de desenvolvimento industrial baseado em planos quadri-anuais, em que, em um primeiro momento foi incentivada a indústria leveira (têxtil e alimentícia) orientada para a substituição de importações e posteriormente, houve uma reorientação estratégica, em que pese a liberalização da economia para a entrada de investimento externo e incentivos às exportações. Neste processo, a organização empresarial taiwanesa que surgiu tinha como característica peculiar sua formação com base nas relações familiares. Estas empresas familiares eram de pequeno e médio porte e atuavam como subcontratadas para empresas estrangeiras instaladas

em Taiwan. O familismo empresarial associado ao Estado desenvolvimentista taiwanês são apontados como fatores chave para o bem sucedido desenvolvimento tardio de Taiwan.

Dado o rompimento diplomático entre comunistas e nacionalistas em 1949, com a decorrente instituição, respectivamente, da República Popular na China e da República Nacional em Taiwan, o relacionamento político entre os dois lados do estreito desde então foi marcado por tensos episódios de ameaça constante de reunificação com base na força militar.

Sem precisar, contudo, recorrer ao poder bélico, o relacionamento econômico entre Taiwan e China iniciou-se no final da década de 1980 (com a política de “Portas Abertas” implementada pela segunda) voluntariamente e trouxe benefícios para ambos os lados. A República popular da China aceitou bem o investimento estrangeiro direto, desde que este proporcionasse resultados de interesse chinês. Ademais, a China desfruta de meios de proteção naturais, aponta Arrighi (2008, p. 362), que acabaram conduzindo inicialmente à atração de investimentos apenas das comunidades chinesas de ultra-mar, além de permitir que o país se resguardasse mediante às nações ocidentais mesmo diante da abertura econômica.

Graças ao tamanho continental e à imensa população do país, essas políticas permitiram ao governo chinês combinar as vantagens da industrialização voltada para a exportação, induzida em grande parte pelo investimento estrangeiro, com as vantagens de uma economia nacional centrada em si mesma e protegida informalmente pelo idioma, pelos costumes, pelas instituições e pelas redes, aos quais os estrangeiros só tinham acesso por intermediários locais.

O presente trabalho demonstra que, apesar das tensões políticas no estreito e dos entraves políticos impostos pela China a Taiwan, as relações econômicas não apenas existiram, como foram decisivas para a integração da China na economia mundial.

Taiwan foi a comunidade chinesa de ultra-mar que mais investiu na China, sendo que as empresas familiares taiwanesas foram as principais responsáveis pelos investimentos externos diretos no continente. As afinidades culturais e lingüísticas entre os dois lados do estreito pesaram positivamente. Taiwan, ao direcionar seus investimentos diretos à China, beneficiou-se principalmente da força de trabalho chinesa qualificada e de baixo custo e também de seu extenso mercado interno. A China, por seu turno, conseguiu promover sua industrialização, e após os resultados da primeira fase de investimentos chegarem a conhecimento mundial, logo investidores de todo o globo foram impulsionados a investir na China.

Cabe salientar que, na medida em que os interesses econômicos chineses vieram de encontro aos interesses taiwaneses, e vice-versa, a articulação econômica entre Taiwan e a China foi muito bem sucedida, a despeito dos conflitos na arena política. Apesar destas

conquistas, o embate diplomático não permite que a articulação econômica no estreito seja otimizada, prejudicando, desta forma, maiores ganhos por parte tanto da China quanto de Taiwan. Escobar (1997, p. 241) evidencia essa situação:

A aprovação dos “3 diretos” – transporte, comércio e comunicação diretos entre Taiwan e China – é absolutamente crucial, evitando que no mínimo 1,5 milhões de taiwaneses por ano, além de bilhões de dólares em mercadorias, sejam obrigados ao inevitável desvio por Hong Kong, Macau ou Tóquio a caminho da China.

Outra questão importante refere-se à inserção de Taiwan no cenário político e econômico internacional. Integrante do grupo de países denominados Tigres Asiáticos, Taiwan tem buscado sua soberania plena desde 1949. Desde a fuga dos nacionalistas para Taiwan, a ilha tem sido protegida militarmente pelos Estados Unidos. A China Continental considera Taiwan uma província rebelde e prefere não discutir este assunto com outras nações, argumentando que Taiwan é um “problema interno da China”. Após Taiwan perder seu assento na ONU para a China na década de 1970, o governo da ilha vem tentando recuperar sua participação na organização, como uma nação soberana, motivo que gera mais atrito entre ilha e o continente. Por outro lado, a inserção de Taiwan na ordem econômica mundial através de sua acessão à OMC em 2001 vem para contrabalançar o fato ter sido excluída de vários outros órgão governamentais, dado o obstrucionismo chinês.

Até o momento as ameaças chinesas de utilização de poderio militar para recuperar a soberania de Taiwan e, desta maneira, reunificar a China pode ser considerada apenas retórica política. A economia taiwanesa possui grande importância para a chinesa e vice-versa. A interdependência econômica entre as duas economias constitui uma barreira para o avanço militar chinês. No presente momento, qualquer manobra por parte da China que ameace a integridade física da ilha, só tem a acarretar prejuízos em termos econômicos para si mesma.

Desta forma, a incógnita que permanece, é: como a situação no estreito ficará quando a China alcançar um nível em que a economia taiwanesa já não se mostrar tão fundamental para o seu desenvolvimento?

Referencial Bibliográfico

AMSDEN, Alice H.. **A difusão do desenvolvimento: o modelo de industrialização tardia e a Grande Ásia Oriental**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/45-10.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2008.

AMSDEN, Alice H.. **O Estado e o desenvolvimento econômico de Formosa**. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/28-9.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2008.

ARRIGHI, Giovani. **A Ascensão do Leste Asiático e a Desarticulação do Sistema Político Mundial**. Rio de Janeiro: Tempo, vol. 1, n 2, 1996.

ARRIGHI, Giovani. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 430 p.

ARRIGHI, Giovani. **Caos e Governabilidade: No moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 336 p.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v.1 ISBN 8521903294

CASTELLS, Manuel. **Fim de milenio**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 497p. ISBN 8521903391 : (Broch.)

CHINA. Embaixada da República Popular da China No Brasil (Org.). **Investimento de Taiwan na parte continental da China atinge US\$ 46 bilhões nos últimos 20 anos**. Disponível em: <<http://www.embchina.org.br/por/szxw/t423611.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

ESCOBAR, Pepe. **21 O século da Ásia**. São Paulo: Iluminuras, 1997. 383 p.

FAIRBANK, John King; GOLDMAN, Merle. **China: uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre: L&pm, 2008. 520 p.

FUNG, Hung-gay; ZHANG, Kevin H.. **Financial Markets and Foreign Direct Investment in Greater China**. Nova York: M.e. Sharpe, 2002. 314 p.

HOU, Jack W.. **China's FDI Policy and Taiwanese Direct Investment (TDI) in China.** Disponível em: <<http://www.bm.ust.hk/~ced/Jack%20W%20HOU.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2008.

INSTITUTE FOR MANAGEMENT DEVELOPMENT. **IMD WORLD COMPETITIVENESS YEARBOOK 2008.** Disponível em: <<http://www.imd.ch/research/publications/wcy/upload/PressRelease.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. **Taiwan - Um Futuro Formoso para a Ilha?** Porto Alegre: Ufrgs, 2005. 144 p.

ROLDÁN, Eduardo. **Las relaciones económicas de China:** OMC, México, Estados Unidos, Taiwan y la Unión Europea. San Rafael, México: Plaza Y Valdes, 2003. 166 p.

ROWEN, Henry S.. **Behind East Asian Growth: The Political and Social Foundations of Prosperity.** Londres: Taylor & Francis Group, 1998. 376 p.

RUBINSTEIN, Murray A.. **Taiwan: A New History.** Nova York: M.e. Sharpe, 1999. 560 p.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna:** quatro séculos de história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 817p. ISBN 8571645108

TAIWAN. Council For Economic Planning And Development. **Taiwan Statistical Data Book 2008.** Disponível em: <<http://www.cepd.gov.tw/encontent/ml.aspx?sNo=0001453&key=&ex=%20&ic=&cd=>>>. Acesso em: 07 out. 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o Liberalismo:** em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 1995. 271 p.

WASHINGTON. Central Intelligence Agency. **The World Factbook.** Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 27 set. 2008.

ZAJEC, Olivier. Pequim reafirma suas ambições navais. **Le Monde Diplomatique Brasil,** São Paulo, p. 24-25. set. 2008.